

101

ECONÓMICO

18 de Janeiro 2022
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 292
Director-Geral
Evaristo Mulaza



“Os ministérios estão a criar cooperativas, isto não é papel do Governo, é do sector privado”

ENTREVISTA. À frente do Fórum Empresarial dos PALOP, não tem dúvidas de que os empresários em Angola e em África "estão à deriva", por "falta de apoios estatais" em contexto de crise, ao contrário do que acontece, por exemplo, na Europa. Eliseu Gaspar critica também a forma de implementação do Prodesi, que deveria ser responsabilidade dos privados e adverte que o Governo não deve criar cooperativas. Págs. 4 a 6



ELISEU GASPAR,
PRESIDENTE DO
FÓRUM EMPRESARIAL
DOS PALOP



Adão Guo,
administrador
da Sino-Ord

NO HUAMBO

Empresa chinesa à espera de terreno para investir 50 milhões USD

Pág. 10

5 MIL ATÉ FEVEREIRO

Carros eléctricos ganham terreno em Luanda

Pág. 9

INE

Preços dos materiais de construção sobem 2%

Pág. 30

ESTIMA ESPECIALISTA EM ENERGIA

Petróleo a 87 USD produz ganhos “insignificantes”

Pág. 8



Editorial

AS PRIORIDADES QUE AFINAL NUNCA O FORAM

Por muito que se mantenha a narrativa política e judicial, o pretenso combate ao saque ao erário ficou formalmente comprometido nas últimas semanas. Pelas palavras de João Lourenço, o país acabou oficialmente esclarecido sobre a razão de o seu Governo, até hoje, não ter apresentado uma estratégia integrada, tão exigida por alguma crítica relevante.

Os factos são de fácil leitura. Um projecto para levar a sério incluiria a obrigatoriedade de os titulares de cargos públicos apresentarem publicamente o seu património. Para que, em termos simplificados, os contribuintes passassem a saber com quanto determinados angolanos assumiam a gestão da coisa pública e com quanto saíam da gestão da coisa pública. O escrutínio dos órgãos de justiça, da comunicação social e

da própria sociedade estaria mais facilitado. Seria um tremendo e inequívoco gesto de luta pela transparência na gestão daquilo que a todos pertence. E não é a primeira vez que o dizemos. Não menos crucial, um plano a sério implicaria também que o combate ao saque integrasse as prioridades incontornáveis do Governo, tão históricos e endémicos são os níveis da roubalheira em Angola.

Ora, a verdade é que João Lourenço afinal tem outro entendimento. Não quer nem uma, nem outra coisa. O Presidente não aceita que os servidores públicos divulguem os bens, porque, pelo conhecimento que tem de democracias, isto seria uma invencionice à angolana. Da mesma maneira, o Presidente também acredita que a maioria dos angolanos, senão todos, ou são surdos, ou o entenderam mal nos últimos quatro anos e meio. Ou seja, a contar da campanha eleitoral. Porque, em boa verdade

– revela-nos agora o Presidente –, ele nunca disse, tão-pouco sugeriu que o combate à corrupção fosse o seu cavalo-de-batalha. Mas antes a diversificação da economia.

Retomando a ideia com que começou o texto, as palavras do Presidente, no fundo, limaram algumas arestas. Como a inquietação sobre o facto de, apenas no último ano do mandato de João Lourenço, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil se ter referido, pela primeira vez, à elaboração de uma suposta estratégia integrada de combate à corrupção. Resta agora saber, a poucos meses das esperadas eleições, se João Lourenço vai mudar de ideia e apresentar a estratégia prometida por Adão de Almeida na campanha eleitoral; se vai manter-se fiel à última revelação de que não é nada prioritário combater o saque; ou se terá a coragem de dizer aos angolanos que pode continuar a combater a corrupção ‘às escondidas’.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



MARCOS CHITANGA,
jurista

No discurso do Presidente João Lourenço já não consta o combate à corrupção como seu 'cavalo-de-batalha', mas sim a diversificação económica. O que isso lhe parece? Tudo o que o Presidente fazia ia no sentido do combate à corrupção. Em várias entrevistas no estrangeiro, chegou a dizer que não estava a ser apanhado peixe miúdo, mas também graúdo. A sua atitude mostrava que o alvo escolhido era mesmo o combate à corrupção.

Mas agora diz que é a diversificação económica?

Tanto o combate à corrupção como a diversificação económica não resultaram em nada. Esses propósitos caíram num saco vazio. A política económica não precisava de muita coisa, senão de organização.

E para onde caminhamos este ano?

Para um espaço em que só veremos a espada e atrás de nós a parede. Significa que tudo o que andamos a divulgar como estando nas nossas projecções não passou disso mesmo. Tudo isso numa altura em que João Lourenço tinha tudo para dar certo. Não precisava de falar sobre mais nada, mas criar instituições fortes. Devia até mesmo esquecer todos os partidos políticos e olhar para a pátria.

11

TERÇA-FEIRA

O canal ZAP Viva, detido pela empresária Isabel dos Santos, anuncia encerramento por incapacidade de superar as dificuldades causadas na sequência da suspensão imposta pelo Governo, em Abril do ano passado.

12

QUARTA-FEIRA

É tornado público que o início do julgamento do empresário Carlos São Vicente, dono da AAA Seguros, está marcado para 26 de Janeiro, na 3.ª Secção Criminal do Tribunal da Comarca de Luanda.

13

QUINTA-FEIRA

O Tribunal Constitucional admite o recurso de impugnação do VIII congresso do MPLA, que decorreu em Dezembro passado, intentado por António Venâncio, militante que pretendia concorrer à liderança do partido.



14

SEXTA-FEIRA

O INE informa que Angola fechou o ano de 2021 com a inflação nos 27,03%, registando uma subida de 1,93 pontos percentuais face ao registo de Dezembro de 2020, com os preços a subirem 2,1% face a Novembro.



15

SÁBADO

Os transportes colectivos em Angola voltam a poder circular com a lotação máxima, mas os taxistas anunciam a paralisação total dos seus serviços, o que efectivamente aconteceu na segunda-feira, 10.



16

DOMINGO

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) aconselhou a petrolífera estatal Sonangol a acompanhar o aumento de capital do Banco Económico para permanecer na estrutura accionista da instituição financeira.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SOBE...

O petróleo começou a terça-feira, no positivo, com a perspectiva da OPEP de crescimento robusto da procura este ano, apesar da variante Ómicron e dos aumentos das taxas de juros. O Brent negociou as entregas para Março a 87,25 dólares. Nas entregas para o mesmo período, o WTI ganhou 1,48% para os 84,53 dólares.



MINÉRIOS SEGUEM PARCIALMENTE A CAIR...

Os mineiros fecharam a sessão desta terça-feira a cair. O ouro negociou as entregas de Fevereiro a 1.812,35 dólares por onça troy, caindo 0,23%. Para as entregas de Março, a prata registou ganhos de 2,33%, para os 23,453 dólares por onça troy, enquanto o cobre ficou 0,68% para os 4,3905 dólares por libra-peso.

Entrevista



Mário Mujetes © VE

ELISEU GASPAR, PRESIDENTE DO FÓRUM EMPRESARIAL DOS PALOP

“Em Angola, os empresários estão à deriva”

Insatisfeito com a intervenção do Estado em áreas da competência dos privados, como o Prodesi, o líder empresarial dos Países Africanos de Língua Portuguesa afirma que, em Angola e em África, “os empresários andam à deriva”, por falta de um instrumento que defenda os seus interesses. Admite, entretanto, que faltava um fórum para impulsionar o desenvolvimento económico dos países membros.

Qual é a sua opinião em relação à conjuntura económica e política do país? Apesar da pandemia e de outros constran-

gimentos, o nosso país conseguiu chegar ao fim do ano numa situação estável. Fundamentalmente do ponto de vista económico, as projecções do FMI apontam para um crescimento na ordem de 2% a 3% e o Governo angolano foi mais cauteloso, colocando o crescimento numa fasquia de 1,5 e 2%. Isso, aliado a factores controversos, sinaliza uma certa estabilidade da economia e de um modo geral melhoria no futuro.

Crescimento num cenário de asfíxia das empresas e aumento do desemprego?

A crise é generalizada e não é só relativa a Angola. As empresas têm que se reinventar. O nosso país vivia, no passado, principalmente das receitas petrolíferas e, ao longo dos últimos dois anos, assistimos a uma reinvenção das empresas e ao surgimento de iniciativas empresariais de dinâmica de novos projectos na juventude, além do aumento do desempenho do sector não petrolífero, ou seja, da agricultura e serviços.

Por Júlio Gomes

O Presidente João Lourenço criticou recentemente os empresários

“O nível de desenvolvimento das nossas empresas encoraja que nos viremos para a tecnologia indiana ou chinesa.”



com os de outras latitudes, como da China ou da Índia. O nível de desenvolvimento das nossas empresas encoraja que nos viremos para a tecnologia indiana ou chinesa. Além disso, são esses países que consomem as nossas exportações, não são tão modernas como as que chegam da Europa. Portanto, reitero que o que se coloca não é incompetência, mas a capacidade de cumprir as exigências, as garantias bancárias.

Mas é aceitável que, no país, apenas uma empresa, no caso a Carrinho, tenha qualidade para aceder a uma garantia bancária?

É o que consta. Como esta empresa conseguiu ter acesso a essa garantia só ela sabe. Vamos dizer que a Agrolider não tem capacidade de contratar esses fundos, a Fazenda Borges ou o Jardim do Yoba, na Huíla, que produz sementes, não têm capacidade de habilitar-se a esses fundos?

Acredita na tese da diversificação económica?

Acredito.

Porquê?

A diversificação está a acontecer. E a oferta de produtos nacionais, nas pequenas lojas e grandes superfícies comerciais justifica [a crença]. O que alimenta a nossa população é mesmo a produção local. Basta ir ao mercado do 30 ou do Katinton para atestar isso.

Se há produção interna, qual é a necessidade de importar milho e arroz, por exemplo?

A produção de milho ainda não satisfaz as necessidades de uma reserva alimentar. Foi um bom sinal a criação da Reserva Estratégica Alimentar (REA). Isso vai impulsionar os produtores de milho e de outros cereais a trabalharem mais para o consumo interno, para a REA e para exportar. Para já, felizmente, não há capacidade para abastecer uma REA, porque o que se produz apenas serve o consumo das famílias e do mercado informal. Sabe que a nossa produção assenta na actividade familiar, entretanto confrontada com uma série de condicionalismos que a impede de ter uma produção de escala. Mas acredito numa viragem nos próximos anos agora com a REA que há-de garantir a compra dos excedentes dos cereais dos produtores nacionais.

O que levou à criação do Fórum Empresarial dos PALOP a que preside?

Os ministérios estão a criar cooperativas, é o caso das cooperativas dos militares, dos jovens, das mulheres... Isto não é papel do Governo, é do sector privado. É uma confusão que cria dispersão de recursos.

São os empresários que têm mantido esse país a funcionar. São eles que têm mantido uma oferta regular de bens e serviços. As grandes superfícies comerciais apresentam 70% dos produtos expostos nacionais.

Depois da componente política, que já existia desde 2014 e que até ao ano passado era liderada por Angola, passando a presidência a Cabo Verde, os empresários africanos, dentro da CPLP, entenderam complementar esta instituição de carácter político com outra de cunho económico no ano passado. Daí o Fórum Empresarial dos PALOP. Temos todos os instrumentos jurídicos que nos permitem funcionar. E calha bem porque há uma sensibilidade das

novas autoridades de Cabo Verde que permite o entrosamento com o Fórum Empresarial. E aproveitando a visita do presidente cabo-verdiano, José Maria Neves, a Angola, vamos apresentar a agenda económica com as suas linhas estratégicas em que consta, por exemplo, a constituição de um fundo de investimento dos PALOP. Em outras latitudes, já existe esse fundo de desenvolvimento, que suporta e defende a actividade dos empresários.

Quer dizer que aqui os empresários estão desorganizados?

Em Angola e em África, os empresários andam à deriva. Veja que, com a crise provocada pela pandemia na Europa, constantemente os governos estão a injectar dinheiro nas empresas para salvá-las. Aqui nada se verifica por ausência de uma estrutura que congregue de facto a classe empresarial. Por isso, nos próximos dias, vamos criar um fórum de negócios, em Cabo Verde, onde cada país membro há-de assumir as suas responsabilidades.

Que responsabilidades?

Angola poderá assumir, se assim for, a componente do agro-negócio e promover a segurança alimentar e nutricional; Cabo Verde, o turismo; outro país terá a incumbência de ocupar-se de investimentos nos transportes aéreos e marítimos, assim será com todos os seis países membros. Portanto, vamos definir concretamente o ‘modus operandi’ na reunião a acontecer na cidade de Praia.

Como estão representados os países nesse fórum?

Cada país é representando por uma câmara ou associação empresarial. Angola, por exemplo, entra com a Associação Industrial Angolana (AIA), Moçambique com a CTA, ao passo que Guiné Bissau, São Tomé, Cabo Verde, e a Guiné Equatorial intervêm com as respectivas câmaras de comércio. Estas entidades do sector empresarial são porta-vozes junto da classe empresarial dos respectivos países.

Acha que o Fórum terá relevância para impulsionar o desenvolvimento dos países membros?

Absolutamente! Na CPLP são nove estados membros, ao passo que nos PALOP somos seis. Temos em África um potencial económico enorme. Temos as melhores terras aráveis

angolanos por incapacidade de aceder a financiamento externo, especificando a linha do Deutsche Bank. Há mesmo essa incapacidade?

Incapacidade, não! O que se passa é que são os empresários que têm mantido esse país a funcionar. São eles que têm mantido uma oferta regular de bens e serviços. Basta dizer que as grandes superfícies comerciais apresentam 70% dos produtos expostos nacionais. Logo, não há incapacidade. O que se passa é que os produtores, em grande parte, não estão à altura de satisfazer as exigências que esses bancos colocam, por um lado. Por outro, são financiamentos elevados para grandes empresas quando, mesmo na própria Alemanha, o que move a economia são as pequenas e médias empresas. Então, não vamos esperar que as nossas pequenas e médias empresas acedam a esses fundos porque sequer têm qualidade para receber fundos de bancos nacionais. Esse financiamento de mil milhões de dólares é destinado a empresas que têm de exportar 75% da sua produção. Nós sabemos quais são os constrangimentos que essas empresas têm para exportar para a União Europeia, apesar da qualidade dos produtos que, na sua maioria, são orgânicos e fazem bem à saúde. Somos confrontados com uma série de embaraços incluindo certificação e regras

Perfil

Um professor no meio empresarial

Originário de Caluquembe, na Huíla, Eliseu Gaspar é economista. Preside à mesa da assembleia-geral da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP) e é delegado desta entidade no país. Assume como professor, além de ser oficial superior das Forças Armadas na reserva e vice-presidente da AIA. “Se um dia cessar funções em todas as frentes, hei-de voltar a leccionar, que é das minhas grandes paixões”, confessa.

de sanidade só para inviabilizar as exportações. Não só de empresas angolanas, mas africanas.

Em momento algum se coloca a questão da falta de competência dos empresários, como fez crer o Presidente?

Nem da qualidade, nem da competência. E tem mais: esses financiamentos geralmente implicam ir buscar equipamentos à Alemanha que, por vezes, não são compatíveis

Entrevista

Continuação da página 5

do mundo, uma das maiores bacias hidrográficas e a descontinuidade geográfica com Angola na SADC, Moçambique no Índico, e Cabo Verde e Guiné-Bissau na África ocidental e Guiné Equatorial na África Central é uma vantagem que permite, no âmbito da aldeia global, alargar a zona de influência comercial a todo o continente. Isso vai projectar a criação de um bloco empresarial regional africano. Portanto, o objectivo desse fórum é de actuar-mos em bloco e o fundo dos PALOP é aberto, o que permitirá a entrada de investidores de outras latitudes para dar impulso fundamentalmente a sectores como agricultura familiar e pescas.

Quanto vale esse bloco económico?
Contas feitas, são números astronómicos, mas não há estatística. Temos ainda debilidades para aferir esses dados, mas brevemente teremos instrumentos que nos permitam esclarecer com maior segurança. Garanto, entretanto, que esse bloco tem um peso de muitos milhões de dólares.

Onde coloca o papel da Confederação empresarial da CPLP?

É mais abrangente porque inclui nove membros. Mas isso não inibe os africanos criarem o seu espaço de desenvolvimento. Portugal, por exemplo, faz parte de associações da União Europeia. Foi assinado o acordo de mobilidade da CPLP, mas Portugal tem ainda dificuldade de cumprir esse objectivo por causa do problema dos vistos. O mesmo acontece com o Brasil. A existência desses fóruns africanos vai, portanto, cobrir o vazio que existia até agora. Na ausência desses fóruns de carácter privado, quem ocupa os espaços são os governos. Isso está errado por se tratar de uma área de inteira intervenção do sector privado. Na última cimeira da CPLP, realizada em Luanda, o número de observadores elevou-se para 32, isso reforça a importância da comunidade.

Voltemos ao país. Que avaliação faz, globalmente, dos programas governamentais?

Há algumas acções que são da responsabilidade dos privados, mas infelizmente são executadas pelo Governo.



Como, por exemplo?

O Prodesi. Os ministérios estão a criar cooperativas, é o caso das cooperativas dos militares, dos jovens, das mulheres... Isto não é papel do Governo, é do sector privado. É uma confusão que cria dispersão de recursos.

E quanto ao PIIM?

Foi uma boa iniciativa, mas aqui o problema é da gestão do programa. Falta sentimento patriótico dos gestores que vivem com a mentalidade antiga. Têm apetência pela coisa pública e pensam que fundos públicos são para 'engordar' o próprio bolso. É preciso responsabilizar criminalmente as pessoas. Por exemplo, há localidades no Lubango, onde o PIIM foi um êxito, mas em outras foi um fracasso. Portanto, a questão tem que ver com a gestão na aplicação dos recursos financeiros.

Tem-se genericamente a ideia de a agricultura angolana não consegue competir a nível da SADC. Afirma-se o mesmo sobre a indústria. O que lhe parece?

As infra-estruturas que surgiram no passado, como o CFB e os silos, todos ao longo dessa

linha férrea, bem como os portos, a sua evolução é resultado da produção local concentrada na agricultura familiar. Aqui invertemos a pirâmide e transformamos essas infra-estruturas para conservar as importações que vêm de contentor nos barcos. Sobre a indústria, veja, por exemplo, que os portugueses ficaram aqui 500 anos e a industrialização só aconteceu nos anos 70. Portanto, é de pequeno que se faz o grande. Pensamos em grandes projectos e esquecemos pequenos projectos. Na época colonial, as fábricas de Venâncio Guimarães Sobrinho começaram pequenas. Temos que começar a criar elites locais que invistam no sector primário para evoluir para as grandes coisas.

O projecto da AIA de criação de 164 cooperativas nos municípios fracassou?

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) diz que tem um portal para cadastrar o produtor, o pelouro do Comércio e Indústria também diz que tem um portal para o mesmo fim. Porque não se aproveita o que já existe no MEP?

Temos de apostar na cultura de rendimento do massango e da ginguba que pode ser comprada pela RDC. Temos que deixar de morrer de sede ao lado do rio.

Cada ministério tem o seu projecto de cooperativa. Temos casos de pessoas que fazem parte de várias cooperativas. Portanto, cada um cria a sua cooperativa recebe dinheiro de vários projectos para não fazer nada. Há dispersão de recursos financeiros. Devíamos estar focados na produção familiar, evitando a discriminação existente. O agregado familiar estaria na base de dados e receberia paulatinamente financiamento para alavancar a sua actividade. Essa é a nossa luta.

Ou seja, o 'Prospera Angola' não andou?

As pessoas pegaram no nosso projecto e estão a executá-lo mal. Devíamos estar focados na segurança alimentar e nutricional confinados a uma única base de dados para evitar esse desnorte existente, alimentado pelos ministérios. Se copiamos, temos que saber implementar bem. Se for a Moçambique, por exemplo, há-de ver projectos idênticos aos nossos que estão a ser bem aplicados.

O Kwenda é um bom modelo de combate à pobreza?

Abstenho-me de comentar.

Não é uma forma de potenciar também o cidadão do campo?

25 mil kwanzas trimestralmente? (risos). É complicado!

Como vê a problemática da inflação e como reduzi-la?

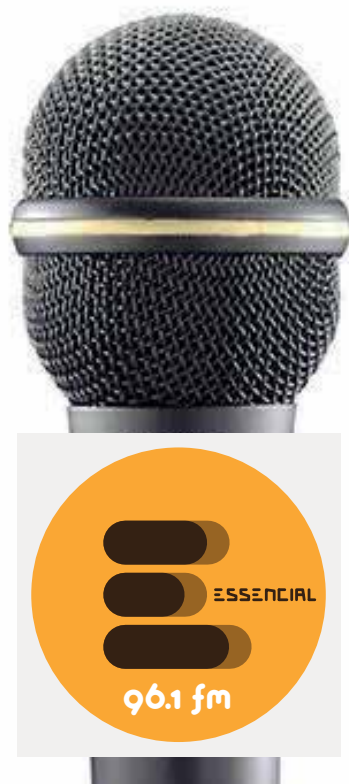
A inflação decorre da ausência da produção interna. Mesmo a redução da cesta básica depende da oferta de produtos nacionais e não importados. Temos que inculcar na mente de quem governa que África deve viver da pequena actividade agrícola familiar. É assim no Ruanda ou no Quênia. Não é em vão que as Nações Unidas apostam na segurança alimentar e nutricional. A ACP liderada por um angolano, Georges Rebelo Chikoti, tem 100 mil milhões de dólares para apoiar projectos em África. Angola tem que começar a tirar proveito das instituições lideradas pelos seus quadros. Josefa Sacko está na União Africana, qual é o proveito disso? Eu próprio sou o presidente do Fórum PALOP. Qual é o benefício para o país? Se demos cartas lá fora, porque não o fazemos cá dentro? Temos que fazer uma grande reflexão.

Já mencionou a falta da aposta no segmento das pequenas empresas, isto do lado das políticas públicas. E do lado privado, que iniciativas existem? O que deve ser feito?

Temos de estabelecer a cadeia de valores. Vamos assinar com o Fada uma linha de financiamento da galinha do campo chamada cabíri. Isso vai desenvolver o cultivo e transformação de cereais em ração e para o consumo humano. Apostar na cultura de rendimento do massango e também da ginguba que pode ser comprada pela RDC. Temos que deixar de morrer de sede ao lado do rio. Temos de pescar e não receber peixe.

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Economia/Política



TENSÃO NO MÉDIO ORIENTE DISPARA BRENT PARA 87 USD

Especialista alerta que subida do petróleo trará ganhos “insignificantes”

CRUDE. Referência às exportações angolanas atinge máximos históricos de sete anos, mas Angola deve tirar, temporariamente, pouco proveito, face ao impacto negativo da baixa produção.

Por Redação

O especialista em energia e investigador do CEIC José de Oliveira minimiza os efeitos do aumento do preço do petróleo para a economia angolana, alertando que a tensão no Médio Oriente, que pressionou o crude, esta terça-feira, para máximos históricos de sete anos, com o Brent a situar-se nos 87,89 dólares, produzirá ganhos “insignificantes” para o caso angolano.

Oliveira justifica-se com o impacto negativo da baixa produção e apela para a necessidade de as autoridades criarem condições para o investimento das petrolíferas no sentido de se contornar a tendência decrescente da produção.

No entanto, outras leituras sugerem que o aumento do preço do petróleo deve ajudar Angola a escapar, pelo menos por algumas semanas, das perdas financeiras esperadas com o acordo alcançado na semana passada pela Organização dos Países Produtores de Petróleos e aliados (OPEP+), a partir de Fevereiro até Junho.

Na sequência do acordo,

Conflito afecta Golfo Pérsico

Depois de pouco mais de dois anos, o Médio Oriente voltou a ser palco de conflito entre rebeldes houthis, apoiados pelo Irão, e a coligação liderada pela Arábia Saudita. A imprensa internacional escreve que tudo começou com um ataque surpresa dos houthis, do Iémen, a Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, provocando três vítimas mortais. Abu Dhabi respondeu com raids aéreos sobre Sana, a capital do Iémen, tendo como alvos resguardos houthis. O conflito teve impacto directo no mercado petrolífero por afectar o Golfo Pérsico, zona estratégica e de onde sai cerca de 20% do petróleo consumido mundialmente. Por norma, os rebeldes iemenitas têm como principais alvos infra-estruturas petrolíferas. A polícia de Abu Dhabi confirmou um incêndio, que levou à explosão de três petroleiros no Mussafah, de onde os EAU fornecem os seus clientes internacionais. A última grande tensão, na região, aconteceu em Setembro de 2019, quando se registou um ataque com drones que atingiram duas importantes infra-estruturas petrolíferas sauditas.

diversos especialistas estimaram recuo no preço do petróleo, admitindo impacto maior para Angola, devido ao défice de produção, face à quota a que o país tem direito.

À luz da mais recente decisão, a produção máxima de Angola não deve ultrapassar os 1,421 milhões de barris/dia, registando-se um aumento de 15 mil barris/dia. No entanto, a produção efectiva tem estado muito abaixo da quota atribuída. Em Novembro, por exemplo, Angola produziu 1,120 milhões de barris/dia, menos 286 mil barris comparativamente aos 1,406 milhões a que tem direito. Em Dezembro, reduziu o ‘gap’ para 240 mil barris/dia, ao produzir cerca de 1,166 milhões de barris.

OPEP PREVÊ PROCURA “ROBUSTA”

A OPEP manteve, nesta terça-feira, a previsão de “crescimento robusto” da procura mundial em 2022, estimando que esta aumente 4,15 milhões de barris por dia (bpd), inalterada em relação ao mês passado. Segundo os dados do seu relatório de Janeiro, o consumo de petróleo ultrapassará a marca de 100 milhões de barris/dia, no terceiro trimestre. A organização lembra que, em termos anuais, o mundo consumiu, pela última vez, mais de 100 milhões de bpd em 2019.

Especialistas acreditam que a publicação do relatório também concorreu para o máximo histórico, alcançado nesta terça-feira.

O CENTRO AFRICANO de Estudos Estratégicos (ACSS, nas siglas em inglês), sediado em Washington, afirma em relatório que as eleições previstas para este ano serão “provavelmente pouco mais do que uma formalidade” para garantir a continuação no poder do MPLA.

MAIS DE 3 MIL EM CIRCULAÇÃO

Carros eléctricos ganham terreno em Luanda

MOBILIDADE. Considerados ‘amigos do ambiente’, carros eléctricos ganham espaço no mundo e em Angola já há pelo menos três mil a circular, estando previstos mais dois mil para breve. Governo tem uma comissão multisectorial a trabalhar no sentido de criar as condições de circulação destes meios.

zas na empresa, o motorista consegue carregar automaticamente nestes pontos, assim como podem também ser carregados em casa.

Wilson Ganga conta que existem dois tipos de carregamentos, o lento (feito em casa com energia trifásica), com duração de oito horas, e o carregamento rápido com duração de 40 minutos, que é feito nos pontos de carregamentos com o cartão.

As viaturas podem atingir a velocidade máxima de 140 km/hora, enquanto a bateria tem a capacidade de percorrer a distância de até 120 km. “Quanto mais acelera, mais consome a carga”.

Ambrósio Pedro, cliente particular que usa o carro há 10 meses, garante não ter queixas. “Todo o meio é frágil quando não é bem cuidado, assim é o carro. Estou com o meu há 10 meses e não tenho queixas, até porque é um carro confortável”, assegura.

PR ORIENTA CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES

Em Janeiro de 2021, o Presidente da República ordenou a criação de uma comissão multisectorial, coordenada pelo ministro dos Transportes, que ficou encarregada de criar condições legais, administrativas e operacionais, que permitam a implementação do sistema de electromobilidade em Angola. “Pode constituir um passo significativo para a colocação de Angola na vereda do crescimento e desenvolvimento tecnológico”, defendeu o Executivo.

A comissão, coordenada por Ricardo d’Abreu, integra ainda a ministra das Finanças e os ministros da Administração do Território, da Energia e Águas, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, da Cultura, Turismo e Ambiente, dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, e da Indústria e Comércio. Entre as suas atribuições, ficou com a responsabilidade de apresentar a estratégia do Executivo para a electromobilidade e propor o enquadramento legal adequado para execução da estratégia.

Ao *Valor Económico*, uma fonte do Ministério dos Transportes afirmou que a comissão poderá apresentar o relatório “nos próximos tempos”. Tendo em conta os 180 dias dados por João Lourenço, a comissão deveria ter entregado o documento até Julho do ano passado, pelo que, feita as contas, já leva pelo menos seis meses de atraso.



Por Mateus Mateus

Já há aproximadamente três mil carros eléctricos a circular na capital. Os primeiros chegaram ao país em Janeiro de 2020, através da empresa Chinangol para o serviço de táxi do aplicativo T’Leva, que tem 800 viaturas cadastradas na plataforma e outros mais de dois

mil pertencem a pessoas singulares.

Os carros eléctricos são considerados, em todo o mundo, “amigos do ambiente” e tem os preços mais baixos, face aos concorrentes movidos a gasolina e a gasóleo. Os primeiros que chegaram ao país são da marca Ledo EV, produzidos pela Ledo Holding, ‘um dos maiores fabricantes de viaturas eléctricas na China’. E resultaram de um investimento de 22 milhões de dólares.

A Chinangol prevê, para Fevereiro, a aquisição de mais duas mil viaturas da mesma marca para

800

Número de carros eléctricos a circular em Angola, legalizados.

serem comercializadas a nível nacional. Os carros são vendidos em um único pagamento, 7,5 milhões de kwanzas, mas também podem ser comprados em duas prestações, com uma parcela inicial de 1,8 milhões de kwanzas.

O director comercial e de marketing da T’Leva, Wilson Ganga, refere que os carros eléctricos têm vantagens pelo facto de serem “baratos e económicos e, pelo facto de não usarem combustível, não poluem o meio ambiente”.

Os clientes que compram os carros têm direito à manutenção de dois anos e um carregador. A empresa tem já definidos três pontos de carregamento localizados nas bombas da Pumangol do Rocha Pinto, Patriota e Nova Vida, onde, através de um cartão electrónico que custa entre mil e 5 mil kwan-

Mercados & Negócios

NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO LOCAL EM CURSO

Sino-Ord quer investir 50 milhões USD em parque industrial no Huambo

INDÚSTRIA. Arranque do projecto aguarda apenas pela resposta do governo local. Este ano, empresa conclui um investimento de 80 milhões de dólares em outro parque industrial já em funcionamento, no Bengo.

Por Guilherme Francisco

A

Sino-Ord projecta investir 50 milhões de dólares na implantação de um parque industrial no Huambo.

O projecto inclui uma fábrica de processamento e transformação de madeira em diversos bens, com destaque para a mobília e rolo de papelão e papel. Conta também com uma vasta área para a plantação de árvores, de modo a suprir, em parte, a necessidade em matéria-prima nas futuras fábricas de mobília e papel e na fábrica actual de papelão, na Barra do Dande, Bengo. Os promoto-

res do projecto não descartam, entretanto, a compra de madeira de outros produtores no país. A Sino-Ord está em negociações com o governo do Huambo para a cedência do terreno e, se tudo correr dentro do programado, começa a funcionar dentro de cinco meses, segundo o administrador da empresa, Adão Guo.

No actual parque industrial, na Barra do Dande, a empresa conclui, até final deste ano, o investimento estimado em 80 milhões de dólares. Tem em pleno funcionamento três fábricas, uma de cerâmica, outra de papelão e outra ainda de esmalte. Também conta com uma sociedade de transportes e logística, mineiradora e posto de gás (LPG). Os empreendimentos fabris ocupam 40% dos 400 hectares do parque,

têm um investimento global de 50 milhões de dólares.

A pandemia da covid-19 atrapalhou a conclusão da segunda fase do projecto iniciado em 2018. Com o regresso gradual à normalidade do mercado internacional, Adão Guo prevê investir mais 30 milhões na abertura das fábricas de mobília, papel, placas de gesso e bebidas, o que elevará os actuais dois mil funcionários para quatro mil.

A empresa perspectiva que cerca de 40% da produção das unidades fabris será destinadas à exportação a países vizinhos e não só. E inicia este ano a experiência de exportação de mosaico ao Congo, Zâmbia, Gabão, Namíbia, São Tomé e Príncipe e África do Sul. A negociação está mais avançada com os dois últimos países.

Adão Guo garante que a empresa tem condições de responder à necessidade do mercado de mosaico, já que produz 85 mil caixas por dia, tendo nesta altura em stock “enormes quantidades”. Por isso, não entende a razão de se abrir mão à importação deste produto, visto que, actualmente, o consumo está abaixo da produção. “O mercado só consegue consumir 40% da nossa produção, produzimos grandes quantidades. Com a pandemia, o poder de compra reduziu, mas nós achamos que, depois disso, o poder de compra será recuperado”, augura.

Nos próximos tempos, Adão Guo projecta investir em Luanda num centro comercial de vendas dos seus produtos, mostrando-se aberto a investidores para os diversos projectos.

NO MUNDO

Angola quer 3.º lugar da produção dos diamantes

A Endiama projecta facturar, este ano, mais de 1.000 milhões de dólares com a produção de dez milhões e 55 mil quilates. Uma previsão que foi apresentada pelo PCA da empresa Ganga Júnior, no balanço do exercício 2021/2022 e que supera os 8,7 milhões de quilates do período anterior.

A intenção, segundo Ganga Júnior, é colocar Angola no terceiro lugar do ranking mundial liderado pela Rússia e o Botsuana, ambos com uma produção na ordem de 180 milhões de quilates e um encaixe de 12 mil milhões de dólares anuais.

“Angola espera posicionar-se no terceiro lugar, quando forem publicadas as estatísticas sobre diamantes de 2021, e o sétimo lugar em termos de arrecadação de receitas”, indicou o gestor, que espera atingir a meta com o avanço da actividade geológico-mineira.

“Deve-se dar continuidade ao processo de valorização da informação geológico-mineira, da implementação do Laboratório de Microdiamantes de Saurimo e potenciar a Geoangol, para a consolidação dos serviços de geologia, sondagem e laboratório e o início da produção-piloto do Projecto Luaxe”, observou ainda o ‘patrão’ da Endiama, insistindo na necessidade de se arrancar com a produção dos projectos Cassanguidi, Luembe, Chinguvo, Tchissemá e Yetwene, bem como a transformação das cooperativas em empresas de exploração industrial de pequena dimensão e o aumento da participação da Endiama na cadeia de valor do diamante através do fomento da lapidação e da joalheria.



O BANCO DE FOMENTO Angola (BFA) vai disponibilizar, este ano, 280,5 milhões de kwanzas para apoiar actividades e projetos sociais de organizações não-governamentais que promovem o bem-estar de crianças nos sectores da educação, saúde e inclusão social e financeira.



SETE MESES DEPOIS DA SUSPENSÃO

Providência Royal Seguros volta a vender apólices

SEGUROS. Companhia vai reabrir agências de Luanda, Malanje e Huíla. No Huambo, tem previsto inaugurar a quarta. Arseg alerta para novas sanções em caso de haver mais incumprimentos.

Por Pedro Nvakata

A Providência Royal Seguros retomou a actividade, em finais do ano passado, depois de ver a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) suspender a sua licença para a subscrição de novas apólices de seguros, em Abril de 2021.

Levantada a 28 de Novembro de 2021 e não comunicada, a suspensão foi motivada por irregularidades que constituíam transgressões à legislação do sistema financeiro e resumiam-se na incapacidade de a

seguradora cumprir com as garantias financeiras. “O nosso plano de financiamento foi aprovado pelo Ministério das Finanças, pelas reformas exigidas pelo regulador”, assegura fonte da seguradora, contactada pelo **Valor Económico**, ao mesmo tempo que assinala “várias dificuldades” e “perdas”, face à suspensão. “Não houve crescimento, houve um défice ao nível do crescimento e da expansão da própria companhia. Mas são situações que acontecem para quem está no sector. Estamos a reerguer-nos para, este ano, conseguirmos implementar aquilo que não conseguimos no ano passado”, refere a fonte, acrescentando que o processo requer “maior supervisão”, o que obriga a um acompanhamento por parte da entidade reguladora.

Observando que o plano de financiamento aprovado não inclui apenas a “questão monetária”, explica que estão em causa reformas exigidas pelo regulador, este que, por sua vez, está a supervisionar todo o processo.

Neusa de Mascarenhas, chefe do departamento de Supervisão de Fundos de Pensões da Arseg, confirma que foram “revistas as irregularidades” e, passados 180 dias da suspensão, a companhia tem autorização de voltar a operar, mas adverte para novas sanções em caso de novos incumprimentos. “A suspensão também obriga à realização de alguns actos. Se esses actos forem cumpridos pela entidade, é levantada a suspensão. Se voltar a haver irregularidades, a suspensão poderá ser reatada”, avisa.

MEMORIZE

● **No ranking** do último trimestre de 2021, a Arseg colocou a Royal seguros na posição 17.ª, com a quota do mercado na ordem dos 0.08%, atrás da Triunfal Companhia Seguros (0,28%).

De acordo com as exigências da entidade reguladora, para que uma seguradora opere no mercado nacional deve ter o capital social de 10 milhões de dólares. O regulador determinou, na altura, que, para a Royal voltar a subscrever novas apólices, deveria ter disponível 28% do capital social, o mínimo de funcionamento, repar-

tido em 14% para o ramo vida e 14% para o não vida.

Enquanto se reergue da suspensão, a seguradora já prevê a reabertura das agências de Lubango (Huíla) e de Malanje, além da de Luanda, enquanto do Huambo será inaugurada. Nessa altura, a companhia conta com 45 colaboradores, número que poderá subir para 60, com a inclusão de mais 15 já em processo de selecção.

No ranking do último trimestre de 2021, a Arseg colocou a Royal seguros na posição 17.ª, com a quota do mercado na ordem dos 0.08%, atrás da Triunfal Companhia Seguros (0,28%), e com mais 0,04% que a Bonws Seguros, que aparece na posição 18.ª. A lista é liderada pela Ensa seguros, com a quota de mercado na ordem dos 40,40%.

Mercados & Negócios



BANCO PORTUGUÊS

Abanca na liderança para adquirir EuroBic

Os espanhóis do Abanca estão em melhores condições para adquirirem o EuroBic, banco português criado pelos accionista do angolano BIC, segundo a imprensa portuguesa, que fala em negociações exclusivas.

Depois de uma lista de cinco finalistas, três interessados passaram para a fase seguinte. O Novo Banco e o fundo americano Apollo completavam a lista, mas o Novo Banco viu a possibilidade interrompida por decisão do Banco Europeu.

Abanca foi o primeiro a manifestar interesse na aquisição do banco na sequência do 'Luanda Leaks' que levou Isabel dos Santos a decidir sair da estrutura accionista. Depois de um pré-acordo para a aquisição dos 42,5% da empresária, estabelecido em Janeiro de 2020, os espanhóis estabeleceram acordo semelhante com outros accionistas para a aquisição de 95% da instituição.

No entanto, o acordo não avançou porque "queriam um preço muito baixo e nós não aceitamos", revelou ao **Valor Económico**, em Outubro de 2020, Fernando Teles, detentor de 37,5% do banco. Surgiram outros interessados e os accionistas elaboraram uma lista de cinco.

Completam a estrutura do banco Luís Cortez dos Santos, Manuel Pinheiro Fernandes e Sebastião Bastos Lavrador, todos com 5%, igual participação reservada a um grupo que aparece designado como outros.

BANCO NÃO QUER ALIMENTAR POLÉMICAS

BDA 'evita' tema do Deutsche Bank

Por Redacção

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) está a evitar esclarecimentos sobre a linha de financiamento do Deutsche Bank, da qual é operador, com argumento de que "tudo o que pode esclarecer" sobre o tema é o que "foi dito e publicado na semana passada", referindo-se às matérias publicadas na sequência dos pronunciamentos do Presidente da República.

O Valor Económico pretendia saber dos números actualizados do desempenho da referida linha

de crédito. Até Março de 2021, os dados davam conta de 19 candidaturas de financiamento, seis das quais tinham cumprido os requisitos da linha e formalizaram as respectivas candidaturas. No entanto, apenas quatro estavam aprovadas pelo comité de crédito, perfazendo um total de cerca de 157,514 milhões de euros. E apenas duas manifestaram anuência às condições apresentadas.

Entre as condições, com base no Acordo-Quadro, assinado entre o Governo, o Deutsche Bank e o BDA, enquanto operador da linha, "a emissão de uma garantia soberana constitui uma das condições precedentes para a celebração de acordos individuais de financiamento entre o BDA e o D.B para fins de repasse ao promotor".

Ainda à luz do acordo, "os desembolsos ocorrerão por meio

19

Número de candidaturas ao financiamento do Deutsche Bank recebidas até Março do ano passado

de pagamentos directos aos fornecedores efectuados pelo Deutsche Bank, ao passo que o promotor reembolsará o crédito em moeda nacional ao BDA, cabendo a este o reembolso ao Deutsche Bank em moeda estrangeira".

Segundo esclarecimento prestado pelo BDA, em Março de 2021, "todas as diferenças cambiais resultantes, desde a contratualização do financiamento à data de reembolso, serão suportadas pelo Tesouro Nacional, isentando os promotores

isentos do risco cambial".

Na ocasião, salientou ainda que o principal constrangimento está relacionado com a capacidade de comparticipação dos promotores para suprir os encargos da linha, fixados em cerca de 15%.

Em declarações a cinco órgãos de comunicação social, João Lourenço mencionou ser uma "vergonha" o empresariado angolano não conseguir ter acesso à linha de crédito de 1.000 milhões de euros, disponibilizadas pelo banco alemão Deutsche Bank.

Apenas uma empresa, no caso o Grupo Carrinho, teve acesso à linha, contratando cerca de 200 milhões de euros. A empresa mereceu elogio de João Lourenço. E, na sequência, diversos empresários se manifestaram descontentes com os pronunciamentos do Presidente da República.

O BANCO ANGOLANO BNI tem um novo acordo para a venda do BNI Europa, no caso com os brasileiros do Banco Master, depois de duas tentativas falhadas. Primeiro, com os chineses da KWG, em 2019, e, este ano, com os espanhóis da Altarius Capital.

POR TEREM SALÁRIOS ATRASADOS HÁ SETE ANOS

Trabalhadores da Bauxite Angola contestam comissão liquidatária

CONFLITO LABORAL Salários dos trabalhadores da Guiné-Bissau e Guiné Conacri já foram pagos, estando em falta os nacionais desde 2014. Comissão liquidatária não respondeu às acusações.



Empresa tinha operações em Angola, Guiné-Bissau e Guiné Conacri.

MEMORIZE

● No ano passado, a Sonangol havia anunciado, entretanto, um “esforço integrado” dos accionistas da Bauxite Angola, uma empresa de extracção mineral na qual detém uma participação de 20%, para salvaguardar.

130

Trabalhadores que reclamam de salários atrasados da Bauxite Angola há pelo menos sete anos.

Por Júlio Gomes

A espera de recebimentos de salários que se acumulam já por sete anos de dívida, na sequência da paralisação da empresa em 2014, trabalhadores da Bauxite Angola acusam a comissão liquidatária de andar em “manobras” que visam introduzir beneficiários “estranhos”.

A comissão liquidatária foi criada há três anos e, segundo representantes dos trabalhadores ao **Valor Económico**, de lá para cá, “não moveu uma palha” no sentido de se ultrapassar o problema dos 130 trabalhadores da empresa, “alguns dos quais já falecidos, e outros fulminados por doenças decorrentes da ansiedade”, como é o caso, segundo trabalhadores, do geólogo Domingos Gonçalves.

As queixas dos trabalhadores da Bauxite Angola reacendem depois de terem sido liquidados, em 2019, os salários dos operários das minas na Guiné-Bissau

e na Guiné Conacri. “Nada mais justifica o prolongado impasse na resolução do nosso problema, quando o Presidente João Lourenço já havia dado ‘luz verde’ para se ultrapassar o caso. Desconfiamos que essa demora venha resultar na introdução na lista de elementos ‘fantasma’ que nada têm que ver com a Bauxite”, acusam os representantes dos trabalhadores. Uma acusação a que a Comissão Liquidatária não respondeu até ao fecho desta edição.

No ano passado, a Sonangol havia anunciado, entretanto, um “esforço integrado” dos accio-

nistas da Bauxite Angola, uma empresa de extracção mineral na qual detém uma participação de 20%, para salvaguardar os direitos dos trabalhadores que reclamam uma dívida salarial de sete anos.

A petrolífera chegou mesmo a informar que, apesar da sua “condição minoritária” na sociedade, tinha “interesse expresso em contribuir para a resolução do tema com a maior brevidade possível”. A Sonangol informou ainda sobre “encontros de concertação” entre os representantes dos accionistas, os trabalhado-

res e outras partes envolvidas que deviam dar lugar “à regularização das pendências”, ao mesmo tempo que corria o processo de alienação da sua participação ou da eventual liquidação da sociedade.

A Bauxite Angola apresentava-se como empresa pioneira na prospecção e extracção de bauxite no país, estabelecida como uma parceria público-privada com sede em Luanda, uma delegação regional em Conacri e escritórios em Buba e Beli (Guiné-Bissau), com um universo de 130 trabalhadores.

DE JURE



MARCADA PARA 27 DESTE MÊS

Lei dos Tribunais da Jurisdição Comum vai à discussão

Por Redação

Está marcada para 27 deste mês a votação final global das propostas de Lei do Código dos Benefícios Fiscais e da Cremação. Durante ainda a quinta reunião plenária extraordinária da Assembleia Nacional, estão previstas a discussão e a votação, na gene-

ralidade, das propostas de Lei orgânica sobre a organização e funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum e dos Postos e Distintivos da Polícia Nacional.

O líder do grupo parlamentar do MPLA ressalta a importância da aprovação do Código dos Benefícios Fiscais no actual contexto do país, por haver necessidade de se ultrapassar o sistema difuso das normas sobre o assunto.

“Temos, hoje, normas de benefícios fiscais espalhadas por diver-

sos diplomas. O que se pretende é congregá-las num só e facilitar não apenas o manuseamento e consulta, mas também o foco sobre o bem fundado dos benefícios fiscais no país”, argumenta Virgílio de Fontes Pereira.

Em relação à proposta de Lei Orgânica da Organização e Funcionamento dos Tribunais, indica que, no âmbito da reforma do Estado e do direito, se procura trazer para os tribunais de jurisdição comum maior dinâmica e uma melhor afirmação institucional.

Estão ainda marcadas para 27 deste mês a discussão e a votação, na generalidade, da proposta de Lei sobre o Direito da Acção Popular e o projecto de lei sobre o Direito de Petição.

A proposta de Lei sobre o Direito da Acção Popular, de iniciativa legislativa do Executivo, e o projecto sobre o Direito de Petição, de iniciativa do grupo parlamentar da Unita, visam o reforço da cidadania.

Para o líder do grupo parlamentar do MPLA, ambos os diplomas são confluentes quanto

ao reforço da cidadania num Estado democrático de direito, advogando, por isso, a necessidade de unificação dos dois diplomas num único.

“É um assunto da actualidade, não sei se, no debate na especialidade, descobriremos se, eventualmente, poderíamos ficar com um diploma cruzado, porque há muitos pontos de contacto nestes dois diplomas, mas é uma questão que o debate vai ajudar a confirmar ou a afastar”, enfatiza Virgílio de Fontes Pereira.

Igualmente o presidente do grupo parlamentar da Unita, Liberty Chiyaka, acredita que os instrumentos normativos poderão contribuir para o reforço da cidadania no quadro do Estado democrático de direito, avançando que o grupo parlamentar do seu partido propôs também um debate no Parlamento sobre a eficácia dos processos de contratação pública e um voto de protesto contra a destruição do património público e privado, que aguardam agendamento.

De acordo com o deputado, o objectivo é fazer com que “todos os gestores públicos cumpram com as leis e normas, que concorram para que os processos de contratação pública sejam transparentes, para a salvaguarda da boa governação e o combate à corrupção”.

Já o líder do grupo parlamentar do MPLA afirma que o seu partido vai aguardar que o proponente, a Unita, apresente os documentos para o debate, “para depois associar à discussão, aceitação ou não”.

Em relação ao voto de protesto contra a destruição do património público e privado, também proposto pela Unita, Virgílio de Fontes Pereira observa que há uma aceitação preliminar da parte do MPLA.

Alexandre Sebastião, líder do grupo parlamentar da CASA-CE, e o deputado do PRS, Benedito Daniel, manifestam-se também favoráveis aos dois diplomas, por considerarem “fundamentais” para o reforço da cidadania.

A quinta reunião plenária extraordinária da quinta Sessão Legislativa da IV Legislatura da AN comporta oito pontos, incluindo a questão interna, relativa à discussão e votação do Orçamento do Parlamento para o exercício económico de 2022.

POR TER VIOLADO REGRAS DA QUARENTENA DA COVID-19

Horta Osório sai do Suisse Bank sem cumprir missão

ALTA FINANÇA. A imprensa portuguesa considera-o o 'Special One' da banca, levando em conta o seu percurso na alta finança europeia que já o levou a liderar bancos de primeira linha. Controverso na sua passagem 'efémera' pelo Credit Suisse, apresentou demissão, depois de violar por duas vezes as regras de combate à covid.

Horta Osório
ficou no cargo
nove meses.



Por Redação

O banqueiro português António Horta Osório deixou, nesta segunda-feira, a presidência do Credit Suisse, nove meses depois de assumir o cargo de chairman com a missão de recuperar o prestígio da instituição.

Cedo, provocou embaraços

no conselho de administração, ao alargar os seus poderes, além do que seria esperado. Nomeado presidente não-executivo, Horta Osório chamou para si tarefas de executivos e nomeou pessoas de confiança para a administração, bem como para as equipas executivas.

As mudanças foram efectuadas 130 dias depois de tomar posse. Na altura, o 'Financial Times' descreveu a postura do banqueiro português como uma ameaça ao CEO Thomas Gottstein que, sequencialmente, se colocou na sombra.

Demitido por violar as regras de quarentena da covid-19, o português foi contratado para a reconquistar a credibilidade e prestígio da instituição depois de arrasada por alguns escândalos, como foi o negócio com o falido fundo hedge Archegos Capital com as investigações a concluírem que o banco suíço "falhou na gestão eficaz do risco".

"Tenho uma visão clara da direcção que o banco deve tomar", frisou Horta Osório na primeira entrevista que concedeu enquanto presidente do Credit Suisse.

"Para mim, a questão não é o que é que precisamos de fazer para garantir que isto funciona desta vez, mas sim por que razão não está o banco a fazer progressos, apesar de ter um grupo fantástico de clientes na Suíça, Europa e um elevado crescimento na Ásia", reforçou. A missão, no entanto, não foi concluída. No seu histórico, o bancário conta com o título de cavaleiro britânico depois de ressuscitar o Lloyds Bank.

Mas, no Credit Suisse, nunca colheu consenso na avaliação

dos quadros da instituição. Se, por um lado, muitos aplaudiam a sua abordagem contundente, salientando que era o que o banco precisava, havia quem o reprovasse, classificando-o como "conflituoso".

O novo presidente do Credit Suisse é Axel Lehmann, que ingressou no conselho do Credit Suisse em Outubro, para chefiar o comité de risco. E é descrito como o homem certo para recuperar Thomas Gottstein, visto que já trabalharam juntos e sempre com boa relação.

(In)formalizando

'DIGITAL.AO', UM PROJECTO COM 10 ANOS

Incubadora estatal é lançada mesmo com as dificuldades dos privados



beneficiar um número bastante reduzido de empreendedores, sendo também “mais dispendiosa”. A digitalização ajudaria a “escalar startups de diferentes regiões do país, não gastando dinheiro com a construção de incubadoras regionais”, como estimou o Presidente da República, durante a inauguração.

O antigo idealizado do projecto defende também mais apoio às iniciativas privadas no sentido de oferecer serviços mais baratos às empresas iniciantes, já que algumas correm o risco de fechar portas.

Inene dos Santos, responsável da incubadora ‘Empreender Transforma’, também partilha da ideia de mais apoio às incubadoras privadas, com o acesso a financiamentos para aumentar o número de salas e material, sem deixar de elogiar a abertura da estatal.

“Estamos limitados, não temos um espaço para albergar mais pessoas. Gostaríamos de fazer mais espaços coworking para os empreendedores poderem trabalhar”, comenta.

Mais do que juntar 25 empreendedores, o economista Eduardo Manuel refere que outras medidas devem ser tomadas sob pena de “tudo cair no fracasso”. O acesso ao financiamento é um dos cruciais, além da digitalização da iniciativa para que facilite as parcerias e captação de investidores estrangeiros. Entende que a incubadora não pode congrega somente as startups do sector tecnológico pelo facto de actualmente o mercado obrigar a sinergias.

Foi inaugurada, esta terça-feira, pelo Presidente da República, a incubadora denominada ‘Digital.AO’, uma iniciativa do Ministério das Telecomunicações, Tecnologia de Informação e Comunicação Social (Minttics). Com custos de 3 mil milhões de kwanzas, visa “transformar ideias inovadoras em negócios produtivos e sustentáveis” e tem capacidade de acolher 25 startups.

O projecto sai do papel, depois de 10 anos da sua idealização. Um dos antigos idealizadores entende que, no actual contexto, seria viável optar pela digitalização completa, não pela estrutura física que acaba por

UMA INICIATIVA DA FOUNDER INSTITUTE LUANDA

Empreendedores desafiados a responder à ‘agenda 30’

O Founder Institute Luanda, congénere do Founder Institute, detentor do Startups Early-Stage, maior programa de aceleração a nível do mundo, lançou as candidaturas ao programa de aceleração de empresas iniciantes.

O programa visa dar mentoria, formação e financiamento

a empreendedores angolanos que criem negócios com impacto social. A intenção da organização é colocar o talento dos jovens empreendedores “ao serviço da solução dos problemas locais alinhados com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas”.

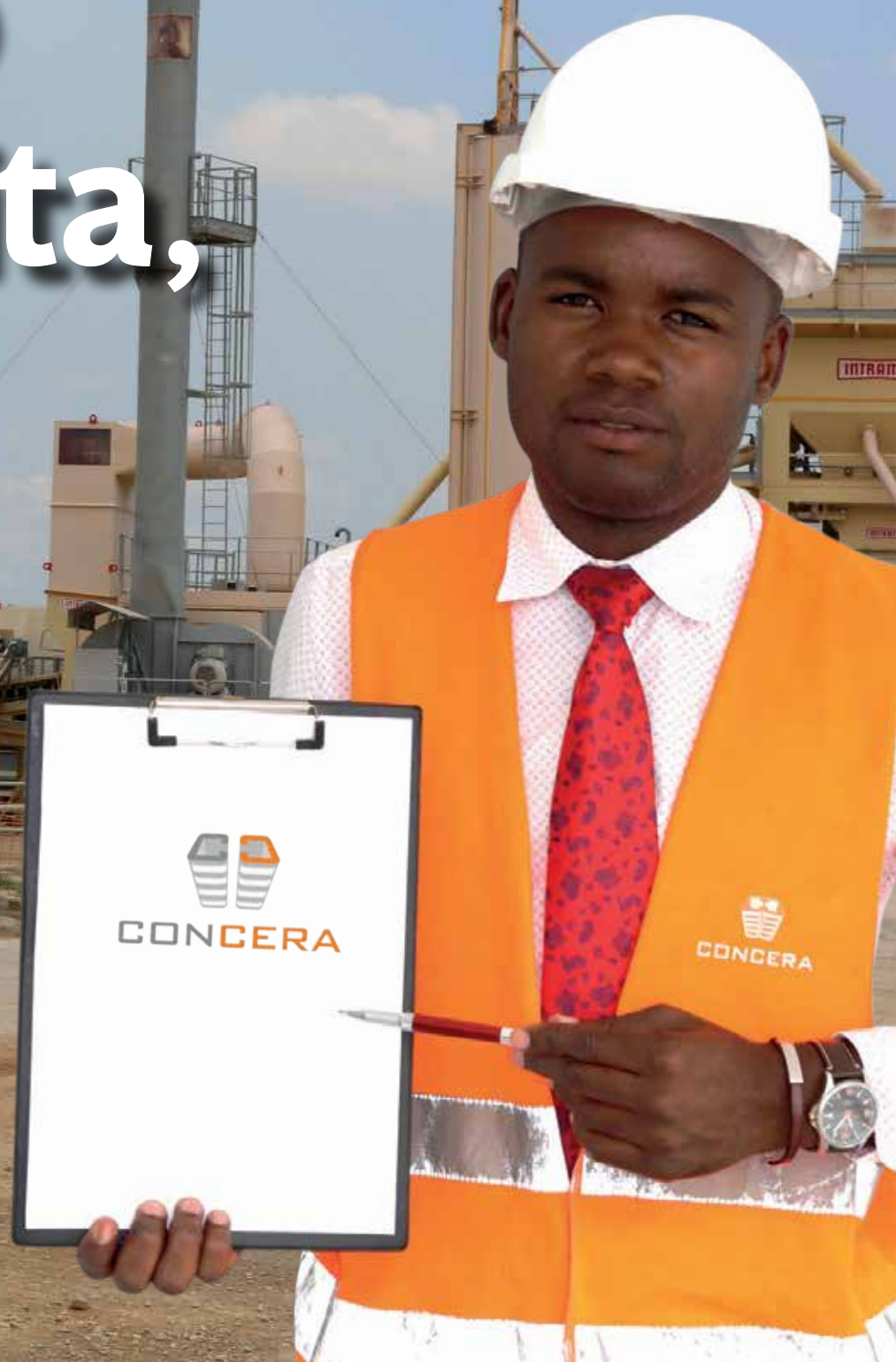
As inscrições tiveram iní-

cio no passado mês de Dezembro e terminam a 20 de Março deste ano.

A primeira edição do programa foi realizada em 2018 e contou com a participação de 19 empreendedores que criaram o mesmo número de ideias de negócios centrados na tecnologia e inovação.



Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Opiniões

A China desenvolve a sua economia constantemente e trabalha com todos para criar um mundo melhor na era pós-covid-19



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

Em 17 de Janeiro de 2022, o presidente chinês Xi Jinping participou na videoconferência do Fórum Económico Mundial de 2022 e proferiu um discurso intitulado "Avançar com confiança e coragem para construir um mundo ainda melhor pós-covid-19". Este é o primeiro evento diplomático multilateral importante com a presença do presidente Xi este ano e, após 2017 e 2021, o chefe de Estado da China, mais uma vez, subiu ao pódio do Fórum Económico Mundial de Davos, conhecido como

o "cata-vento da economia mundial". O discurso com alto perfil e força do presidente Xi demonstra a firme vontade da China de se unir a outros países para lutar contra a covid-19 e recebeu ampla atenção e reacção positiva da comunidade internacional.

Os amigos africanos, incluindo angolanos, estão muito interessados em acompanhar o desenvolvimento económico da China. Tenho muito prazer em divulgar os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatísticas da China: o PIB da China, em 2021, atingiu 114,4 trilhões de RMB, registando um aumento anual de 8,1%. A renda disponível per capita dos residentes chineses foi de 35 mil RMB, um aumento nominal de 9,1% em relação ao ano anterior. O nascimento de população (excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan) foi de 10,62 milhões, a taxa de natalidade 7,52. 12,69 milhões de novos

empregos foram criados. A produção e vendas de automóveis da China ocupa o n.º 1 do mundo por 13 anos consecutivos, e o número de carros particulares na China é de 241 milhões. Sob a situação em que a economia mundial, profundamente afectada pela covid-19, a economia da China continuou a avançar e mostrou forte resiliência duradoura.

Diante da questão de como superar a pandemia e como construir um mundo pós-covid-19, o presidente Xi deu a resposta da China de uma perspectiva histórica e filosófica. Ele ressaltou profundamente que os países ao redor do mundo não estão a navegar em mais de 190 pequenos barcos, mas num grande barco único com destino comum. A humanidade cresce superando provações e desafios, e se desenvolve superando crises. Devemos avançar na lógica do progresso histórico e evoluir na ten-

dência dos tempos. Devemos não apenas pensar a partir da análise comparativa dos ciclos históricos de longo prazo, mas também saber avistar mudanças nos pormenores de pontos sutis, nutrir novas oportunidades em crises, abrir novas situações em mudança e condensar forças poderosas para superar dificuldades e desafios. No seu discurso, o presidente Xi apresentou a direcção correcta para a comunidade internacional se unir para derrotar a covid-19, a solução fundamental para promover a recuperação estável da economia mundial, o caminho realista para preencher a lacuna de desenvolvimento e a maneira correcta da convivência. Foi mais um discurso histórico do presidente Xi no Fórum Económico Mundial, que certamente terá um impacto positivo e de longo alcance no desenvolvimento futuro do mundo.

O desenvolvimento da China

está intimamente relacionado com o destino do mundo. O desenvolvimento do mundo é a oportunidade para a China, e o desenvolvimento de elevada qualidade da China e uma maior abertura também trarão enormes benefício para a recuperação da economia mundial. A elaboração autorizada do presidente Xi sobre as perspectivas de desenvolvimento da China e a orientação política certamente aumentarão a compreensão e a confiança de todas as partes no futuro da China. Visto que os Jogos Olímpicos de Inverno de Beijing 2022 e os Jogos Paraolímpicos de Inverno estão prestes a serem abertos, o presidente Xi também enfatizou, no seu discurso, que a China tem plena confiança para apresentar uma Olimpíada de Inverno simples, segura e maravilhosa ao mundo, e apelou a todos que dêem as mãos com confiança, esperando, juntos, por um futuro ainda mais brilhante.

No caso das empresas, também são consideradas insolventes aquelas que apresentarem um passivo manifestamente superior ao activo.



O regime jurídico da recuperação de empresas e da insolvência: **oportunidades para o doing business**



Nuno Silva,
Partner EY,
Strategy and
Transactions



Jorge Moreira,
Manager EY,
Strategy and
Transactions

Publicada em Maio do corrente ano, a Lei sobre o Regime Jurídico da Recuperação de Empresas e da Insolvência (abreviadamente 'Rejurei') vem pôr fim a um vazio legal, já que Angola era dos poucos países do mundo que não possuía um regime autónomo sobre insolvência.

Com efeito, o regime de insolvência e falência encontrava-se estatuído de forma sintética no Código de Processo Civil, o qual datava de 1961, e já não se adequava à actual realidade socioeconómica do país, nem aos mecanismos modernos e simplificados do processo de insolvência.

Esta situação tinha reflexos negativos no ambiente de negócio no país, concorrendo para que Angola figurasse no relatório do Doing Business, sobre as boas práticas internacionais, entre as 20 piores economias, relativamente ao indicador de resolução de insolvência.

Este novo regime, há muito aguardado pelos agentes económicos, abrange todas as empresas nacionais e estrangeiras instaladas em Angola e visa favorecer o investimento, fortalecer o tecido empresarial nacional, proteger credores e o próprio devedor,

em casos de situação económica difícil ou de insolvência, e assim criar melhores condições para a concessão de crédito.

Esta nova moldura legal, que promete uma tramitação mais célere para a recuperação de empresas e para o processo de insolvência, dará suporte económico às empresas em situação difícil, bem como salvaguardará a insegurança e as incertezas jurídicas para os investidores, financiadores, fornecedores, trabalhadores e clientes destes agentes económicos.

O Direito da Insolvência Angolano, à semelhança de outros ordenamentos jurídicos modernos, estabelece como prioridade a recuperação da empresa, quando tal seja possível e desde que esta se apresente económica e financeiramente recuperável. Assim, entende-se por "insolvente" qualquer entidade que se encontre numa situação de impossibili-

dade para cumprir com as suas obrigações vencidas, por falta de meios. No caso das empresas, também são consideradas insolventes aquelas que apresentarem um passivo manifestamente superior ao activo, avaliado segundo as normas contabilísticas aplicáveis.

O Rejurei vem assim lançar uma nova esperança na melhoria do ambiente de negócios, na salvaguarda dos interesses dos diferentes stakeholders e, consequentemente, na promoção do investimento para o crescimento da economia nacional.

Estão criadas as condições para que Angola possa conhecer, a curto prazo, um maior dinamismo no processo de melhoria do ambiente de negócios, injectando maior confiança nos investidores, sobretudo estrangeiros, que necessitavam de um instrumento de garantia dos seus investimentos no país.

Opiniões



Reserva Alimentar vs. Segurança Alimentar



José Carlos Bettencourt,
Engenheiro
Agrónomo

Ou muito me engano, ou nunca se falou tanto da Reserva Estratégica Alimentar, vulgo REA, como hoje. São comentadores de rádio, é nas redes sociais ou nas conversas do dia-a-dia ou ainda em encontros via Zoom. Contudo, nota-se, a todos os níveis, uma falta de rigor gritante quanto ao conceito em si e

quais os verdadeiros objectivos do que se está a implementar. Ouve-se falar que chegou ao Porto do Lobito, X mil toneladas de milho para a REA. Todos se indagam, importado? Porquê? Não há milho no país? Mas a REA não deveria ser constituído com produção nacional? Nota-se uma enorme falta de comunicação e quem comunica demonstra um constrangedor desconhecimento do que é efectivamente a REA e quais devem ser os seus objectivos ou quais as razões da sua criação. Ainda antes da pandemia do covid-19, quando se realizou o balanço sobre o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, notou-se que, o ODS 2.1, “assegurar o acesso de todas as pessoas a uma alimenta-

ção saudável, nutritiva e suficiente durante todo o ano”, e a meta do ODS 2.2, “erradicar todas as formas de má nutrição”, até 2030, estavam muito distantes. Hoje, com o actual estado pandémico, essa situação tem vindo a agravar-se ainda mais. Os preços dos alimentos aumentaram de forma assustadora, a capacidade de compra reduziu tremendamente, os stocks em determinadas partes do mundo encontra-se a níveis bastante baixos e a situação de determinados Países em África é preocupante. Angola, não foge à regra, agravado pela situação de seca cíclica que afecta determinadas zonas. Milhões de angolanos fazem uma simples refeição por dia ou nenhuma ou ainda não têm garantias que amanhã ou nos pró-

ximos dias terão acesso a alimentação. A situação é preocupante. Falar-se da REA poderia ser uma lufada de ar fresco, mas, ao analisar os meandros da sua execução, sentimos uma sensação de fracasso anunciado, ou algo muito pior. Ora vejamos, Reserva alimentar está necessariamente associado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), à Soberania Alimentar e à estratégia de combate à fome e ao aumento da produção doméstica. Colocar-se-á a questão, o que é Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que sejam social,

económica e ambientalmente sustentáveis. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde.

Dois conceitos estão fortemente relacionados ao de SAN: o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual Angola é signatária. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igua-

Nota-se, a todos os níveis, uma falta de rigor gritante quanto ao conceito em si e quais os verdadeiros objectivos do que se está a implementar.

O apoio aos pequenos e médios produtores rurais de alimentos promove a equidade e a inclusão social, são criadores de emprego e de rendimento, promove mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial...

litária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade. Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos. 2 Torna-se também definir o que é uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma política de SAN é um conjunto de acções planificadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos a toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, em condições que permitam sua manutenção durante longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, nos diferentes sectores ou áreas de acção – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, entre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. Uma política de SAN implementa-se tendo em conta os seguintes princípios:

relacionada com o sistema de segurança social, integrado pelos sectores da saúde, assistência e previdência, cujas acções, em seu conjunto, têm impacto directo na situação de Segurança Alimentar e Nutricional da população. Portanto, é fundamental que sejam construídas formas de integração entre esses sistemas, que são estratégicos para o Governo.

- Acções conjuntas entre Estado e sociedade, pois, nem o Governo, nem as organizações da sociedade civil, agindo isoladamente, têm condições de garantir a SAN da população de modo eficaz e permanente. O esforço para a acção conjunta e coordenada é fundamental, de modo que cada parte cumpra suas atribuições específicas, utilizando os recursos existentes de forma mais eficiente e com qualidade. Não se deve confundir, porém, o carácter complementar das acções de um sector em relação a outro com a delegação de funções que exima o Estado de suas obrigações.

- Equidade, superando as desigualdades económicas, sociais, de género e étnicas. As acções do governo e da sociedade de carácter público, devem ser planeadas e implementadas de forma democrática.

- Articulação entre orçamento e gestão, como uma política de SAN mobiliza recursos geridos por sectores de governo e da sociedade, é preciso orçamentar esses recursos, saber o quanto se tem disponível e qual a previsão de recursos para acções na área de SAN. O orçamento e a gestão devem ser feitos de modo integrado, pela mesma entidade responsável por formular e implementar a política de SAN.

- Abrangência e articulação entre acções estruturantes e medidas emergenciais – uma política de SAN deve abranger as dimensões de produção, acesso, consumo; deve, também, estabelecer as relações entre alimento e saúde, a sua utilização comunitária e familiar. As acções estruturais, ou seja, que têm por objectivo reverter o quadro de insegurança alimentar de indivíduos, grupos sociais, devem atacar as causas, sejam elas políticas, económicas, sociais ou culturais. Já as medidas emergenciais são voltadas para o atendimento mais imediato de grupos em condições adversas do ponto de vista social e de saúde. As acções emergenciais, no entanto, devem ser planeadas em função de objectivos mais amplos de inclusão social.

Para isso, devem ter carácter temporário e se articularem com iniciativas que visem romper com a dependência da população atendida, desenvolvendo as capacidades individuais e colectivas de numa perspectiva emancipadora. Para tal, é fundamental que haja participação social, transparência na decisão e conhecimento, por parte da população, das acções desenvolvidas em todas as etapas do processo de planificação.

A abrangência de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, actua sobre as esferas da produção e disponibilidade de alimentos; do acesso ao alimento e do abastecimento; da alimentação e nutrição. Estas dimensões levam-nos a dois componentes básicos de uma política de SAN:

A Componente alimentar – Relacionada com a disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento. Estas políticas de estímulo ao crescimento da produção agro-alimentar, importantes para a segurança alimentar, • Promoção de formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de ocupação do espaço agrário; • Valorização das culturas alimentares locais e regionais; • Redução da pobreza rural, já que é nas áreas rurais que se localizam os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar; e • Estímulo ao desenvolvimento local e regional. O apoio aos pequenos e médios produtores rurais de alimentos promove a equidade e a inclusão social, são criadores de emprego e de rendimento, promove mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial, valorizando os circuitos locais de produção, distribuição e consumo de alimentos que se formam no interior do país. Para viabilizar esses circuitos locais, é necessário estimular as relações horizontais, construindo mecanismos que permitam a cooperação, reciprocidade e acção colectiva, envolvendo pequenos e médios agricultores, pequeno comércio, produtores urbanos e consumidores.

A Componente nutricional – Relacionada com as práticas alimentares (onde, como e quando nos alimentamos, o que escolhemos, como preparamos e o que consumimos). O acesso de toda a população a alimentos de quali-

dade e em quantidade suficiente, incluindo a água, é um pressuposto básico para a Segurança Alimentar e Nutricional. A evolução da actual situação de Insegurança Alimentar, as Organizações Internacionais como, a FAO, o Banco Mundial e ONG recomendam a criação de Reservas Alimentares a nível Nacional ou regional. As políticas sobre as reservas podem desempenhar uma função nos diferentes casos. Sejam eles para moderar ou conter aumentos de preços dos bens alimentares ou fundamentalmente para a distribuição de bens alimentares da cesta básica subvencionados ou programas de merenda escolar. As recomendações, vão no sentido das políticas relativas às reservas alimentares, como reservas emergenciais, cobrir deficits sazonais ou actuar como regulador e ou estabilizador dos preços em momentos determinados.

É consensual que estas reservas estratégicas alimentares, com número limitado de produtos essenciais, podem contribuir grandemente para melhorar a Segurança Alimentar. Este tipo de reserva alimentar pode reduzir a exposição das pessoas vulneráveis à volatilidade dos preços e à escassez de produtos. As reservas públicas criam-se para combater situações de deficits alimentares imprevistos ou realizar distribuição periódica de alimentos que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional. Os especialistas afirmam, na sua maioria que a manutenção destas reservas como de emergência, pode desempenhar uma função útil. Neste sistema os Governos, em função das suas disponibilidades podem oferecer incentivos para fomentar o armazenamento dos bens em instituições privadas e a sua utilização segundo os interesses e objectivos das políticas públicas e como um complemento à reserva pública. Posto isto, o que vemos, é uma mão cheia de nada. As questões são imensas, as dúvidas profundas, o descrédito um facto, a incerteza preocupante. Resta-nos perguntar, e o produtor nacional? O que fazemos? Como se deve posicionar a REA em relação às políticas públicas alternativas que abordam as causas subjacentes dos aumentos de preços 4 e a sua volatilidade? A reserva é pública ou privada? Se é privada como gerir para evitar uma maior desestabilização dos preços e dos mercados? Parece-me uma geringonça...!

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Enquanto o petróleo está esta semana a caminho dos 90 dólares por barril, os nossos líderes decidem acirrar e regar a crise política dos últimos anos com os seus derivados em vez de estarmos a ver com clareza os caminhos para o país sair da crise económica e social onde anda imerso aproveitando essa alta que deixou para trás os anos negros de barril a 30 e 40 dólares...

A greve dos taxistas, uma greve anunciada, convocada por associações reconhecidas e com objectivos reivindicativos claros e justos para o sector que salva a transportação nacional na ausência de um sistema de transportes públicos funcional, foi aproveitada para desvios de viés político que culminaram com prisões provavelmente arbitrárias e uma sala cheia de confusão belicista em horário nobre da televisão pública. Isto sendo que na semana anterior ‘o chefe’, numa demonstração da clarividência (que tanto atribuíam ao chefe anterior), falou em queimas de pneus e eis que pouco tempo depois vêem-se incêndios nas ruas... Logo depois deita-se mais combustível: “foi a oposição que queimou”, “isto é um acto de terrorismo”... Enfim o melhor comentário que li sobre esta tristeza veio do sociólogo Paulo Inglês quando disse: “parece que queimar pneus na rua enfurece mais do que ver crianças de três anos um dia inteiro sem comer nada... é atrofia política” – tudo dito.

O jornalista José Gama, a propósito dos acontecimentos da semana passada, escreveu um texto que vale a pena ler a lembrar um episódio de 1998 quando a Embaixada de Angola na Zâmbia sofreu um “ataque de terrorismo”, que terá sido também atribuído à UNITA, mas que as investigações - que se fazem e se devem fazer antes de se tirar

conclusões sérias e responsáveis sobre qualquer evento que ponha em perigo o público - investigações feitas pelas autoridades zambianas revelaram diferente. Antes do atentado, que aconteceu num domingo e, portanto, num dia que teria sempre menos pessoal, um grupo de angolanos teria visitado o país usando identidades e motivações falsas, que levaram as autoridades zambianas a concluir que os elementos seriam da segurança de Estado angolana. Isto sendo que os funcionários da embaixada também retiraram as suas crianças da escola sugerindo uma preparação para algum evento que teriam conhecimento estar para acontecer. Esses factores levaram as autoridades da Zâmbia a concluir que o grupo estaria associado ao atentado terrorista.

Voltando ao presente, não faltam comentadores jornalistas e afins a questionarem-se sobre como foi possível a vandalização do Comité do MPLA a poucos metros de uma esquadra de polícia e sem que se vissem as intervenções musculadas a que a PN tende, sempre que há manifestações em Angola. É verdade que a polícia é quase sempre criticada por excessos nas reacções a manifestações, excessos que já resultaram em mortes, mas também é verdade que ‘quando a esmola é demais o pobre desconfia’ e que a quase ausência de polícia a meio daquela vandalização se torna, por experiência, algo questionável.

Estes acontecimentos e sobretudo o tom inflamatório que as comunicações das nossas lideranças assumiram lembraram-me o livro do jornalista de investigação e escritor Eric Frattini intitulado “Manipulação da verdade - operações de falsa bandeira” que comeci e não terminei de ler porque provavelmente me distraí com outro qualquer entretanto, e que fui resgatar à pilha de livros adiados a propósito dos acontecimentos da semana que passou.

Então resumindo: as “operações de falsa bandeira” são operações encobertas destinadas a culpar terceiros com o objectivo de ganhar vantagem sobre eles através da reacção que é possível gerar de toda e qualquer acção. E estas operações de



falsa bandeira são variadas, pode-se ler no prólogo do livro que passo a citar: “desde um atentado terrorista até um atentado efectuado por forças militares, passando por actos de sabotagem como incêndios destruição de fábricas” etc... soa familiar não?

O prólogo explica também que os encarregados de realizar estas operações de falsa bandeira são geralmente dos serviços secretos, pessoal geralmente muito qualificado e especializado, que são sempre uma componente fundamental destas operações...

E agora pergunto eu, que país teríamos se esta competência esta inteligência dos serviços de segurança estivesse de facto ao serviço do país, em vez de ao serviço de um partido ou de um homem ou dois? Que país teríamos se o investimento sistemático em manipulação da verdade e da opinião pública fosse canalizado para a investigação científica, para a educação, para a saúde ou para os transportes públi-

cos que bem precisam?

Todas as nações investem e devem investir nos seus serviços de inteligência, mas as vantagens de umas sobre as outras é precisamente esse comprometimento destas estruturas, não com pessoas ou com partidos que nos desgraça, mas com as suas respectivas nações.

Diz o livro que as operações de falsa bandeira são tão antigas e tão frequentes como a guerra que também sempre existiu desde que há registos históricos. Um dos exemplos mais notórios foi o incêndio de dois terços da capital do império romano, ao que tudo indica pela mão do imperador Nero que apontou depois o dedo fazendo recair a culpa sobre a comunidade cristã que foi torturada e morta aos montes. Em 1933 Hitler organizou um atentado contra si próprio para justificar a suspensão de direitos constitucionais. Em 1955 a Turquia executou um atentado contra o consulado do seu país na Grécia para justificar a violência contra os gregos, entre 1950 e

1970 o FBI americano levou a cabo atos violentos para culpar activistas políticos e assim justificar a repressão aos mesmos.

As nossas autoridades falam em “acções bem planeadas e que aproveitaram a greve dos taxistas”, mas resta perguntar “quem planeou” e sobretudo quem ganha mais com essas acções de vandalismo cirúrgicas? Para quem é que geram simpatia? O que não há dúvidas e que é perigoso é que apesar da ‘falsa bandeira’ muitas vezes as operações de falsa bandeira fazem vítimas bem reais, pessoas que perdem a vida apanhadas no meio do que não são mais do que encenações com objectivos políticos.

O livro de que falava documenta 24 outras operações de falsa bandeira que atestam que o acto de culpar os outros países, organizações ou grupos tem sido uma constante em qualquer luta pelo poder, partindo do princípio que a melhor maneira de motivar uma população não é através da razão, mas das emoções. Vemos essa sobreposição da emoção sobre a razão entre nós a muitos níveis. A evocação constante do medo gerado pelas memórias de guerra é um desses níveis, mas mesmo a nível individual há outros exemplos. Os ataques pessoais aos mensageiros de qualquer mensagem que saia do normativo são também normalmente ausentes de argumentos de razão que discutam a mensagem em si.

Francisco Viana em resposta às declarações do presidente quando disse que ‘os empresários nacionais são uma vergonha’, disse em entrevista ao Valor Económico que é a favor da alternância democrática e tornou-se acto continuo vítima de ataques de cariz pessoal que em nada discutem o evidente desgaste da governação decana a que fez referência. Provavelmente porque esse desgaste, que é natural ao fim de quase 50 anos com tanta promessa básica em falta, é indiscutível, obrigando assim a atacar o mensageiro por falta de melhor defesa. Mas Viana resumiu a problemática ‘que estamos com ela’ com uma pergunta, que sendo este espaço de perguntas vale revisitar, tendo também em conta a tendência para o incendiário que se vai revelando ultimamente: “o meu pai pode ser muito bom a conduzir, mas a minha mãe e irmãos também sabem conduzir. Porque é que só ele tem direito a conduzir quando que ele até está cansado, velho, ou bebeu e ainda vai conduzir e vamos todos partir a cara na parede?”

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Economia 100 Makas

A saída de Angola da recessão: guardem os foguetes!

Há economistas que consideram que não é o crescimento económico positivo que define se um país está ou não em recessão. Para estes economistas, um país com uma taxa de crescimento económico inferior ao crescimento da sua população, como será o caso de Angola num futuro previsível, é um país em recessão.



Carlos Rosado de Carvalho,
jornalista e
professor de
Economia

Angola terá saído da recessão de cinco anos em 2021. Pelo menos de acordo com o Governo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) que apontam unanimemente para as primeiras taxas de crescimento positivas em cinco anos de 0,2%, 0,1% e 0,4%, respectivamente. Recessão é aqui entendida como um crescimento negativo, isto é, uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais entre dois anos consecutivos.

Para ter a certeza se a economia saiu ou não de recessão em 2021, é necessário esperar por 15 de Abril, dia em que o Instituto Nacional de Estatística deverá publicar as Contas Nacionais do IV trimestre de 2021 que confirmarão ou não se tivemos crescimento positivo em 2021. As CN do INE são a referência para o PIB.

Embora seja necessário esperar, os últimos dados divulgados pelo INE esta semana, referentes ao III trimestre do ano passado são animadores. Comparando os três meses entre Julho e Setembro aos três meses anteriores entre Março e Junho, a economia cresceu 0,5%. O crescimento homólogo, III trimestre de 2021 face ao III trimestre de 2020, o crescimento foi de

0,8%. Se em vez dos três meses, considerarmos os primeiros nove meses, o PIB progrediu 0,04% em relação ao mesmo período de 2020. Ainda assim o crescimento continua negativo nos quatro trimestres terminados em Setembro: A riqueza produzida entre Outubro de 2020 e Setembro de 2021 caiu 1,4% face aos 12 meses anteriores.

A recessão angolana é das mais longas e profundas deste século na África Subsariana.

De acordo com dados do FMI, a recessão angolana de cinco anos é a quarta mais longa da África subsariana no século 21, numa lista liderada pelo Zimbábue com nove anos de crescimento negativo, entre 2000 e 2008 (10 anos se incluirmos 1999, ano em que a economia entrou no vermelho). Congo Brazzaville, sete anos de recessão entre 2015 e 2021 e Guiné Equatorial

seis anos entre 2015 e 2020 completam o pódio. Sudão do Sul, com quatro anos de recessão entre 2015 e 2018 e o Lesoto também quatro anos entre 2017 e 2020, fecham o top cinco das recessões mais longas da África Subsariana.

Os cinco anos de recessão fizeram o PIB angolano recuar 10,3%, a quinta recessão mais profunda da África Subsariana no século XXI. Considerando a profundidade da recessão a lista do subcontinente volta ser liderada pelo Zimbábue com um trambolhão do produto de 50,1% nos nove anos de recessão, seguido da Guiné Equatorial com uma queda de 34,5% em cinco anos e do Congo, com uma quebra de 28,5% em sete anos. Com recuo de 20,2% em quatro anos, o Sudão do Sul tem a quarta recessão mais profunda da África Subsariana no século XXI.

Com a quebra de 10,3% em cinco anos de recessão para 1,463 bilhões de kwanzas em 2020, o PIB angolano a preços constantes de 2002 andou 10 anos para trás: É necessário recuar até 2011, ano em que a riqueza produzida se fixou nos 1,353 bilhões de kwanzas, para encontrar um PIB mais baixo do que o de 2020.

Se considerarmos o PIB em dólares norte-americanos a preços correntes no valor de 58,5 mil milhões de dólares em 2020, em cinco anos de recessão, a economia andou 15 anos para trás: Só em 2006, quando o PIB não excedeu os 52,4 mil milhões de dólares, encontramos um produto inferior ao de 2020.

Comparando os 58,5 mil milhões de dólares de 2020 aos 145,7 mil milhões de dólares de 2014, ano em que o PIB angolan

lano atingiu o máximo de sempre medido na moeda norte-americana, o valor da riqueza produzida em Angola deu um trambolhão de 58,8%, o que é o mesmo que dizer que em seis anos “evaporaram-se” 87,2 mil milhões de dólares da economia angolana.

A saída da economia angolana da longa e profunda recessão é positiva. Por muito que se diga que as recessões podem trazer oportunidades para novos negócios, a verdade é que só a palavra recessão afasta os investidores. Poucos gostam de apostar num país onde a actividade económica geral está em queda.

Embora o regresso de Angola ao crescimento positivo seja positivo, não é propriamente motivo para grandes comemorações face aos números modestos desse mesmo crescimento.

Um crescimento entre 0,1% e 0,4% como avançam as previsões do Governo, do FMI e BM para 2021 não chegam sequer para compensar o aumento da população estimado em mais de 3% anuais. Quando uma economia cresce menos do que a população quer dizer que a riqueza produzida por habitante diminui, ou seja, o país empobrece.

Há mesmo economistas que consideram que não é o crescimento positivo que define se uma economia está ou não a recessão. Para estes economistas, um país com uma taxa de crescimento económico inferior ao crescimento da sua população, como será o caso de Angola num futuro previsível, é um país em recessão.

TOP 5 das recessões da África Subsariana no século XXI

País	Mais Longas*	Período	Mais profundas*
Zimbábue	9 anos	2000 a 2008	50,10%
Congo	7 anos	2015 a 2021	28,50%
Guiné Equatorial	6 anos	2015 a 2020	34,50%
Angola	5 anos	2016 a 2020	10,30%
Sudão do Sul	4 anos	2015 a 2018	20,20%
Lesoto	4 anos	2017 a 2020	7,80%

*Anos consecutivos de crescimento negativo do PIB real

*Redução do PIB em % durante os anos de recessão

Fonte: FMI



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Francisco Viana, presidente da Confederação Empresarial de Angola

A entrevista do empresário e Presidente da CEA, Francisco Viana que sugere ao MPLA 'que aproveite descansar' animou a discussão na página do Valor Económico desta semana que registou mais de 10 mil interações, alcançando mais de 50 mil internautas com as suas publicações.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Saldanha Ics

Li e gostei da entrevista. O mais Velho Viana é natural insípido e inodoro. Desejo-lhe forças, saúde com fé e energias positivas e que continue a ensinar a nova geração a saber a palavra "Amar". Bem haja



Wilson Miguel

Não existe um bocado quando sair vais ser extinto zero MPLA nunca mais poderão sentir o cheiro de poder mesmo se colocarem outro nome vamos saber pelas caras e actos realizados. Seu maquiavélicos



Horacio Junior

Francisco Viana só queria tacho. Tiraram o tacho ficou contra. No tempo do Zé Du eram só negócios. O Zé saiu a mama secou. Já beneficiou muito. Agora descansa você mesmo.



António Venâncio

Horacio Junior seria bom pesquisar um pouco mais sobre a família Viana, a começar pelo grande nacionalista Gentil Viana. Pode ser que sua opinião possa modificar-se. Já debate algumas vezes com Francisco Viana e sempre lhe admirei pela coragem, coerência de princípios e seu amor à Pátria. Não perderia nada se ousasse pesquisar um pouco mais para não ser injusto na sua apreciação. Grande abraço fraterno!



Carlo Berridge

Francisco Viana está a mandar!

Dá a entrevista num dia, no dia seguinte o PR responde. Avança companheiro. A ética e a moral ficam bem a quem as pratica e a verdade faz parte delas. Disse tudo! Nós os empresários não estamos aqui para servir o Sô Presidente, mas sim o país!



Ricardo Costa

Descansar pelo menos meio século. "Trabalharam" muito agora precisam de descansar.



Domingos Conceição Teta Dembo

Naturalmente, o poder longo cria desgaste e ferrugem, os angolanos pretendem experienciar outras valências de governabilidade porque esse povo já não se assemelha ao de 1975-1980 comparados pela corja de Agostinho Neto após o Alvor de um grupo de carneiros ou ovelhas no que tange a visão e conhecimento.



Riquinho CasaBlanca

MEU AMIGO MEU CAMARADA A PARTIR DE FORA ONDE ME ENCONTRO EM TRATAMENTO MEDICO E FERIAS. SÓ ME RESTA DIZER-TE NÃO ESTÁS SOZINHO NESTA BARRRICADA. PARABÉNS PELAS VÁRIAS EXCELENTE ENTREVISTAS. O MPLA SÓ GANHA COM MILITANTES CORAJOSOS, PARA SE CORRIGIR O QUE ESTA MAL E MELHORAR O QUE ESTA MENOS MAL TEM DE SER OS PROPRIOS MILITANTES A TEREM CORAGEM E FRONTALIDADE SUFICIENTE E APONTAR O MAL E O CAMINHO DO BEM. FICO TRISTE QUANDO, APARECEM INDIVÍDUOS DE FORMA BAJULAR, CONTRA QUEM ESTÁ UNICAMENTE A FALAR A VERDADE. MAS ENTÃO NÃO É MAIS FRUTIVO APOIAR AS IDEIAS DE UM EMPRESÁRIO QUE TEM ESTRADA TEM MARCA, NÃO SERIA PARA O PAÍS MAIOR DESENVOLVIMENTO DO QUE POR VINGANÇAS TENTAR CRIAR NOVOS GENTIS VIANAS. É PRECISO PERCEBER QUE NÃO SE FAZEM EMPRESÁRIOS EM 5 OU 10 ANOS, O KNOW HOW QUE EMPRESÁRIOS DA ESTRIPE DE GENTIL VIANA TÊM NO MUNDO INTERNACIONAL DO NEGÓCIO, INICIAR ESTE PROCESSO COM CAROLAS É UM RETROCESSO PARA O PAÍS DE DÉCADAS. QUAL É O MAL TER TRABALHADO PARA O PR JES ENTÃO O PROPRIO PR JLO SE NÃO FOSSE O JES SERIA ALGUM DIA PR? VAMOS DEIXAR DESTES VOCABULÁRIOS BAJULADORES OU INDEFENSÁVEIS. ESTE PAÍS ESTA CONDENADO A SE DESENVOLVER COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS PRINCIPALMENTE OS QUE NÃO TÊM OS TENTACLOS E MÃOS MANCHADAS DE CRIMES, ECONOMICOS, DE CORRUPÇÃO, TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS, EMPRESÁRIOS DIRIGENTES, EMPRESÁRIOS GOVERNANTES, EMPRESÁRIOS FALSOS DOS GABINETES PRESIDENCIAIS, ESTES SIM DEVEM SER COMBATIDOS, NÃO OS VERDADEIROS EMPRESÁRIOS QUE OS SEUS CRIMES SÃO SOMENTE FALAR A VERDADE E SABER FAZER TÃO BEM AS COISAS, BLOQUEADOS PELOS CONCORRENTES NATURAIS OS MINISTROS EMPRESÁRIOS QUE POEM AS SUAS EMPRESAS COM OS TESTAS DE FERRO A COMEREM TUDO QUE É BOM PROJECTO COM A MASSA DO ESTADO. ESTE É O PRINCIPAL PROBLEMA DE ANGOLA ALGUNS JOGADORES, SÃO ARBITROS, TREINADORES AO MESMO TEMPO ENCAPADOS COM GUARDAS CHUVAS E PROTEGIDOS INOCENTEMENTE EM ALGUNS CASOS E CONSCIENTEMENTE EM OUTROS. JULGO TER DITO TUDO. PARABENS GENTIL VIANA. PELA CORAGEM E FRONTALIDADE. NÃO ESTÁS SOZINHO NESTA LUTA. SOMOS MUITOS EMBORA A MAIORIA TENHA AINDA MEDO DE RETALIAÇÕES, MAS AOS POUCOS VÃO PERDENDO. BOAS ENTRADAS E A LUTA CONTINUA. ABC HM RIQUINHO

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Média, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19

LIMITAÇÃO A NÃO VACINADOS

Parlamento francês aprova passe vacinal



O parlamento francês aprovou em votação final o projecto de lei que introduz o passe vacinal. O passe irá impor restrições sociais às pessoas que não querem ser imunizadas contra a covid-19.

Os deputados socialistas, por outro lado, tencionam remeter a legislação aprovada para o Tribunal Constitucional para fiscalização sucessiva de eventuais atropelos às “liberdades fundamentais”, o que atrasará a pro-

mulgação da lei por vários dias.

A votação põe fim a duas semanas de um processo legislativo caótico, intervalado com episódios de tempestade política gerada pelo próprio Presidente, Emmanuel Macron, que chegou

a afirmar publicamente que queria “chatear” os não vacinados.

A lei substitui o anterior passaporte sanitário (vacinas ou teste negativo) por outro baseado exclusivamente na vacinação com três ou duas doses da vacina com um atestado de restabelecimento após infecção com covid-19 nos últimos seis meses.

A nova lei imporá novas restrições, nomeadamente, apenas os cidadãos com um calendário de vacinação completo com três doses, ou duas doses com uma recuperação certificada da doença nos últimos seis meses, ou que tenham uma isenção médica da vacina, serão autorizados a entrar em locais culturais, tais como cinemas, teatros ou museus.

O mesmo se aplica à entrada em grandes centros comerciais, cafés, bares, restaurantes e pavilhões desportivos, bem como ao acesso a transportes públicos de média e longa distância.

FIM DA SUSPENSÃO

Emirates volta a voar em Angola

A companhia aérea Emirates anunciou a retoma dos voos, a partir do Dubai, para Angola, Guiné Conacri, Costa do Marfim, Gana e Uganda, que estavam suspensos há duas semanas devido ao aumento de casos de covid-19.

Os passageiros que viajem de Angola para o Dubai terão de apresentar um certificado de teste PCR com resultado negativo e código QR, feito num laboratório aprovado até 72 horas da partida e terão de fazer um novo teste PCR à chegada, ficando em quarentena até receberem o resultado.

A validade do teste é calculada a partir da hora da colheita da amostra. Os passageiros provenientes de Angola que transitem pelo Dubai terão também de apresentar um teste PCR com resultado negativo.

As crianças com idade inferior a 12 anos estão isentas.

CADUCAM EM MARÇO

Angola pode perder até 5 milhões de vacinas

Angola poderá perder cinco milhões de vacinas contra a covid-19, que vão expirar até Março, enquanto mais de oito milhões de pessoas não fizeram ainda a segunda dose do imunizante.

A informação foi avançada pelo coordenador da Comissão Intermunicipal de Combate e Prevenção contra a Covid-19, Francisco Furtado, quando actualizava o decreto presidencial do estado de calamidade pública sobre a pandemia.

“Estamos preocupados com a

vacinação, o país tem mais de 12 milhões de pessoas com uma dose de vacinação, mas tem apenas 4,3 milhões com duas doses de vacinação, significa dizer que temos no país todo até agora, cerca de oito milhões de pessoas que não tomaram a segunda dose da vacina, o que é bastante preocupante, porque uma dose só não imuniza completamente o cidadão”, disse Francisco Furtado. O também ministro de Estado e chefe da Casa Militar dos Presidente da República salientou que, por outro lado, o país está “num momento crítico”, porque algumas vacinas começam a aproximar-se do fim do prazo de validade.



Entre as vacinas que vão perder validade, Francisco Furtado destacou a AstraZeneca, no dia 30 deste mês. “Entre este número devo chamar a atenção ao facto de existirem mais de 900.000 pessoas por

tomarem a segunda dose da vacina AstraZeneca e, deste número de pessoas, o país tem cerca de 800.000 vacinas que vão expirar até ao dia 30 deste mês, o que significa dizer que é preciso que as pessoas que

não tomaram a segunda dose da vacina AstraZeneca se dirijam aos postos de vacinação para tomá-la, porque a partir do dia 30 já teremos vacinas que não poderão ser administradas às populações”, frisou.

O CENTRO EUROPEU de Prevenção e Controle das Doenças está a pedir aos países europeus para considerarem uma mudança de estratégia no tratamento da covid-19, passando a monitorizar como se fosse o vírus da gripe.

A PARTIR DE FEVEREIRO

Grécia começa a multar não vacinados

Cerca de 300 mil gregos acima dos 60 anos poderão ser obrigados a pagar uma multa por não estarem vacinados, já que terminou o prazo que o Governo grego estabeleceu para se imunizarem contra a covid-19. A multa a aplicar será de 50 euros.

A partir de Fevereiro, às pessoas com mais de 60 anos de idade que não estiverem imunizadas contra a covid-19 serão multadas em 100 euros por cada mês sem a vacina.

O primeiro-ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, anunciou esta medida em 30 de Novembro,

quando ocorreu uma escalada das infecções pelo coronavírus SARS-CoV-2 no país e um aumento na pressão hospitalar.

Na altura, Mitsotakis justificou que esta imposição se devia ao elevado número de pessoas desta faixa etária não vacinadas que surgiam nos hospitais e que necessitavam de tratamento hospitalar.

Em 30 de Novembro, quando a medida foi anunciada, 17% dos gregos com mais de 60 anos ainda não tinham sido inoculados com vacinas anti-covid-19, uma percentagem que representa cerca de 520

mil pessoas. Actualmente, perto de 10%, cerca de 300 mil gregos desta faixa etária ainda não foram vacinados.

As multas serão aplicadas pela autoridade independente responsável pela receita pública e o dinheiro arrecadado irá para uma conta especial de apoio à saúde pública.

Em 01 de Fevereiro, entra em vigor a medida que determina que o certificado sanitário grego expirará após sete meses e não nove meses como o certificado europeu - se a pessoa não receber a dose de reforço da vacina anti-covid-19.



POR FALTA DE VACINA

Tenista Djokovic deportado

O tenista sérvio Novak Djokovic, número um mundial, aterrou no aeroporto Nicola Tesla, em Belgrado, num avião proveniente do Dubai, após a deportação da Austrália, onde tentava o recorde de 21 títulos do Grand Slam. Segundo a agência noticiosa Tanjug, o atleta não vacinado contra a covid-19, evitou uma pequena multidão de fãs, com bandeiras sérvias, e os repórteres que o esperavam, recorrendo a uma saída secundária e deverá somente falar em público após o último dia da prova australiana (30 de janeiro).

Djokovic, que já admitiu ter

prestado falsos depoimentos, chegou a Melbourne em 05 de Janeiro, com uma isenção médica que lhe permitia jogar, mas o visto foi inicialmente cancelado pelas autoridades alfandegárias.

Depois de um tribunal ter revogado aquela decisão, o governo voltou a cancelar a autorização de permanência e ordenou a expulsão do tenista.

O presidente sérvio, Aleksandar Vucic, afirmou que o tenista Novak Djokovic foi maltratado e vítima de uma "caça às bruxas" digna de espectáculo "orwelliano", considerando que quem se humilhou foram as autoridades australianas.

ATÉ FINAL DE 2021

Portugal já administrou 20 milhões vacinas

Portugal já administrou 20 milhões de doses da vacina contra a covid-19, desde que arrancou a campanha de vacinação.

Estão vacinados 8,8 milhões de utentes, divulgou a Direcção-Geral da Saúde (DGS), do país.

Até sábado tinham sido administradas mais de 20 milhões de vacinas contra a covid-19, sendo que, dessas, 3,8 milhões dizem respeito a doses de reforço.

90% das pessoas com mais de 80 anos já foram vacinadas, 92% entre os 70 e os 79 anos e 81% entre os 60 e os 69 anos.



ACUSAM BRASILEIROS

Bolsonaro 'dificulta' vacinação de crianças

Seis em cada dez brasileiros acreditam que o Presidente do país, Jair Bolsonaro, dificulta a vacinação de crianças contra a covid-19, de acordo com uma sondagem do Instituto DataFolha.

O levantamento indicou que 58% dos brasileiros consideram que o líder brasileiro "age mais para atrapalhar do que para ajudar" na campanha de imunização contra a covid-19 das crianças de 5 a 11 anos.

Outros 25% acham que o Presidente, que nega a gravidade da pandemia de covid-19, censura o uso da máscara e questiona a eficácia das vacinas, mais ajuda do que atrapalha, enquanto 14% não souberam ou não quiseram responder.

De acordo com esta sondagem, 79% dos entrevistados são favoráveis à protecção das crianças contra o coronavírus SARS-CoV-2, causador da covid-19, enquanto 17% se opõem e 4% não comentaram.

O Datafolha entrevistou

2.023 pessoas com 16 anos ou mais entre 12 e 13 de Janeiro para obter os resultados da sondagem, que tem margem de erro de dois pontos e foi divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo.

A vacinação de crianças contra a covid-19 começou no Brasil um mês após a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e apesar da resistência do Governo Bolsonaro.

O chefe de Estado brasileiro opôs-se frontalmente à imunização desse grupo populacional e minimizou o número de mortes de crianças associadas à doença covid-19, que o próprio Ministério da Saúde estima em pelo menos 311 desde o início da pandemia.

Apesar da posição do Presidente, o Governo brasileiro incluiu as crianças no programa nacional de imunização contra a covid-19, numa altura em que o vírus volta a acelerar no país devido à rápida expansão da variante Ómicron.

Marcas & Estilos



Declarações brilhantes

“Eu sou elegante e arrumo-me com tudo. Minhas pedras de topázio transparentes e brilhantes emitem a quantidade certa de brilho. Eu posso ser usado curto como uma gargantilha, ou ajustado um pouco mais”, declara a jóia da Elliot Young.

Ocasões especiais

Copos de uso múltiplo com ponto de estilo. São perfeitos para cocktails, sobremesas ou como tigelas de lanche. As hastes douradas dessas peças da Widgeteer tornam cada ocasião ainda mais especial!



AUTOMÓVEL

Quem diria...?

A nova Ford Mondeo bi-turbo diesel é uma tecnologia altamente avançada. Não só é a primeira, como também é a mais poderosa, oferecendo um 154KW (210CV), emocionante e com uma rápida resposta dado o impressionante motor, que oferece uma excelente economia de combustível e emissões de CO2 mais baixas do que o esperado. O design e a engenharia significam que os turbo-compressores fornecem energia à medida, em todas as situações. Os dois bancos traseiros das extremidades são equipados com uma funcionalidade de segurança única: um cinto é insuflável e, em caso de impacto, são accionados e propagam as forças de impacto por uma área do corpo cinco vezes superior à dos cintos de segurança convencionais.

AGENDA

LUANDA

20 DE JANEIRO

Webinar 'Como Aumentar a Produtividade dos seus Funcionários com uma Aplicação Integrada e Utilização Fácil', onde será apresentado um software de gestão de empresas. Das 15h00 às 16h00.

DE 17 A 22 DE JANEIRO

Workshop de sumos naturais e comidas afro-brasileiras, no hotel Kwendale. Inscrições a 3000 kwanzas, com direito a certificado. Mais informações em 924 737 412, 998 294 558.

DE 6 A 27 DE JANEIRO

'Conversas da Academia à Quinta-feira', promovido pela Academia Angolana de Letras, com diferentes convidados. A partir das 19h00.

DE 28 A 30 DE JANEIRO

Expo Recicla-2022, exposição de artigos reciclados a ter lugar no Palácio de Ferro.

LIVROS



ENGENHEIROS DA VITÓRIA – Em Janeiro de 1943, Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill reuniram-se em Casablanca, no Marrocos, e estabeleceram os objectivos dos Aliados para virar a maré da guerra.



SPOTLIGHT – Segredos Revelados conta as descobertas da real investigação feita por um grupo de corajosos jornalistas, vencedor do Prémio Pulitzer em 2003.



TURISMO

Haverá sonho melhor?

Mais moderna do que tradicional em relação aos outros territórios dos Emirados Árabes Unidos, Dubai passou por cima do clima desértico para chamar a atenção do mundo. A capital combina um grande centro de negócios, lojas de luxo e muitas atracções para os visitantes. Quando se fala em Dubai logo vem à mente construções arrojadas, frutos da riqueza vinda do petróleo. Nas últimas duas décadas, não parou de erguer arranha-céus de esplendorosa arquitectura. Entre os que mais atraem a atenção estão o Burj Khalifa, o mais alto do mundo, e o Burj Al Arab, com a forma de uma vela.

Praticamente todos os grandes escritórios do mundo plantaram uma grande obra no deserto e na orla, desafiando a areia, as tempestades e os ventos, todos inclementes. Além disso, as belas praias agradam os banhistas. No entanto, a grande atracção é mesmo a imensa variedade de opções de compras. São dezenas de lojas de departamento, estabelecimentos duty-free, outlets e shopping centers que vendem artigos de luxo e de grifes celebradas em todo o mundo.

Ambiente

COM 60 MILHÕES DE NINHOS ACTIVOS

Descoberta colônia de peixe-gelo-austral

Pesquisadores descobriram recentemente uma colônia da espécie peixe-gelo-austral com 60 milhões de ninhos activos.

A descoberta, feita no solo do oceano na Antártida e publicada na revista *Current Biology*, estima que a colônia cubra cerca de 240 quilômetros quadrados e contenha um valor de biomassa dos peixes superior a 60 mil toneladas.

Autun Purser, um dos investigadores responsáveis pela descoberta, explica que a descoberta mais importante é a pura existência de uma colônia tão extensiva do peixe-gelo-austral.

“Uma dúzia de ninhos tinham sido observados noutro local no Ártico, mas esta descoberta é muito maior em várias ordens de magnitude.”

Autun Purser, do Instituto Alfred Wegener, na Almenha, realizou, em conjunto com a restante equipa, a descoberta com recurso a um equipamento que permite observar o fundo do oceano. “Basi-

camente é um equipamento largo de reboque, que pesa uma tonelada, que rebocamos atrás do quebra-gelo RV Polarstern a uma velocidade de um a quatro quilómetros por hora”, explicou o cientista.

A pesquisa de rotina focalizou naquela zona do fundo do mar porque a água é dois graus Celsius mais quente. Segundo Autun Purser, contudo, os cientistas não esperavam encontrar “nenhuma espécie de ecossistema de peixes”.

A maioria dos ninhos analisados foi ocupada por um único peixe adulto, que guardava mais de 1.700 ovos. Além disso, os cientistas encontraram várias carcaças de peixes na área dos ninhos, o que sugere que estes animais são parte da cadeia alimentar da região. Purser e os restantes colegas suspeitam que a colônia seja local de refeição para vários predadores, como focas.

Os dados registados mostram que as focas mergulham de facto até às profundezas onde estão os ninhos dos peixes, pelo que poderão estar a alimentar-se deles”, concluiu.



Os elefantes famintos procuram o lixo no aterro, consumindo plástico e objectos pontiagudos.

NUM ATERRO NO SRI LANKA

Ingestão de plástico mata dezenas de elefantes

Pelo menos, cerca de 20 elefantes morreram nos últimos oito anos depois de consumirem lixo plástico no aterro da vila de Pallakkadu, no distrito de Ampara, a leste de Colombo, capital do Sri Lanka.

Análises feitas aos animais mortos demonstraram que engoliram grandes quantidades de plástico não degradável encontrado no depósito de lixo.

Segundo o veterinário da vida selvagem Nihal Pushpakumara, “polietileno, embalagens de alimentos, plástico e água foram as únicas

coisas que pudemos ver nas autópsias. A comida normal que os elefantes comem e digerem não era evidente”, disse.

O número de elefantes diminuiu de cerca de 14 mil no século XIX para seis mil em 2011, de acordo com o primeiro censo destes animais no país. Os elefantes estão cada vez mais vulneráveis devido à perda e degradação do seu habitat natural.

Uma boa quantidade partiu para uma aventura para junto de localidades em busca de comida e outros são mortos por caçadores furtivos ou agricultores furiosos com os danos nas suas plantações. “Os elefantes famintos pro-

curam o lixo no aterro, consumindo plástico e objectos pontiagudos que danificam os seus sistemas digestivos”, diz Pushpakumara.

Em 2017, o governo anunciou que ia reciclar o lixo perto de zonas de vida selvagem para evitar que os elefantes consumam resíduos plásticos. O governo anunciou também que iriam ser colocadas cercas eléctricas em redor dos locais para manter os animais afastados, mas nenhuma das medidas foi totalmente implementada. Segundo as autoridades, “existem 54 aterros em zonas de vida selvagem em todo o país, com cerca de 300 elefantes perto”.

NÚMEROS DA SEMANA

6

Milhões USD Montante que Angola vai receber das Nações Unidas para enfrentar os efeitos da seca extrema, que já provocou milhares de vítimas, no Sul.

3,3

Milhões de euros Valor do contrato de empreitada de dragagem no porto de Cabinda a cargo da construtora Mota-Engil Angola.

13

Projectos diamantíferos no país em produção efectiva.

19

Autocarros de marca Volkswagen, com a capacidade de 60 lugares cada um, que foram entregues pelo governo no Huambo.

DADOS DO INE

Preços dos materiais de construção sobem cerca de 2%

O Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) apresentou uma variação de 1,9% em Dezembro de 2021, em relação a Novembro, de acordo com Folha de Informação Rápida (FIR), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O relatório refere que, nas variações homólogas, entre os

grupos de materiais de construção, o de 'madeiras e contraplacados' foi o que registou maior aumento nos preços com 28,5%, seguidos das 'vigas, vigotas e ripas', com 26,7%. Com os preços aumentados de 26,4%, estão os 'materiais sintéticos'. 'Alumínios', com 26,0%, e 'aço', com 25,4%, estiveram entre os principais.

De acordo o INE, os grupos de materiais que mais contribuíram para a variação do IPMC de Dezembro estão em destaque



o 'aço, cimentos e aglomerantes', com 0,6 pontos percentuais (p.p), 'betão pronto' com 0,3 pontos percentuais. Integram ainda a lista, o 'alumínio', com 0,2 pontos percentuais e 'tubagem e acessórios de plástico', com 0,1 pontos percentuais, sendo que os demais grupos observaram contribuições inferiores a 0,1 pontos percentuais.

PIB REGISTA CRESCIMENTO

O Produto interno Bruto (PIB) registou, na passagem do II para o III trimestre de 2021, crescimento de 0,5%. Em termos homólogos (intervalo de um ano), o III trimestre de 2021 face a igual período de 2020, o PIB cresceu 0,8 por cento. O INE realça que, no acumulado do ano até Setembro, o PIB apresentou crescimento de 0,04 por cento em relação a igual período de 2020.

NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2021

Economia angolana cresce 08,8%

A economia angolana cresceu 0,8 por cento, no terceiro trimestre de 2021, interrompendo nove trimestres de quedas sucessivas, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano.

De acordo com a Folha de Informação Rápida referente às Contas Nacionais do III trimestre de 2021, o PIB angolano cresceu 0,5% entre o II e o III trimestre de 2021, considerando o ajustamento sazonal. Em termos homólogos o crescimento foi de 0,8%.

O comércio foi a actividade que mais influenciou esta variação com um crescimento de cerca de 18,4%

no III trimestre de 2021 em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente com 3,52 pontos percentuais, para a variação total do PIB. Segundo o INE concorreram para o referido crescimento, os aumentos significativos na produção agrícola, pesca, bens manufacturados e importados.

Seguiu-se o transporte, que contribuiu positivamente com 1,0 ponto percentual, na variação total do PIB, devido ao "crescimento exponencial no subsector aéreo, fruto de aumento de frequências de voos, consubstanciado ao alívio parcial das medidas de combate à covid-19, e por outro lado, a entrada em funcionamento de novas operadoras, no serviço de transporte urbano a nível de Luanda".



PRODUÇÃO DE DIAMANTES

Mais de 76% das cooperativas deixaram de funcionar

Pelo menos 202 das 264 (76,5%) cooperativas inscritas na Empresa Nacional de Diamantes (Endiama) deixaram de explorar minérios no país, estando a funcionar, neste momento, apenas 16, cerca de 23,5%.

Os dados foram apresentados durante uma conferência de imprensa, aquando da apresentação do plano estratégico da Endiama no sector, que prevê contemplar, em breve, a transformação destes agentes em pequenas Indústrias.

Com este programa, as cooperativas passam a ter estatuto de empresas e os seus trabalhadores ganham também maior protecção legal, com vista a incentivar a produção.

Em 2021, a empresa mineira produziu sete milhões dos cerca de 9.100.000 quilates de diamantes fixados no plano de produção. O volume reflecte a produção de quilates de diamantes produzidos de Janeiro a Setembro.